

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLOGIA.

RODRIGO VITORINO ASSUMPÇÃO

A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES URBANAS EM
SÃO LUÍS DO PARAITINGA E BANANAL:
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E RELIGIOSO

Campinas
2008

RODRIGO VITORINO ASSUMPÇÃO

A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES URBANAS EM
SÃO LUÍS DO PARAITINGA E BANANAL:
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E RELIGIOSO

Trabalho de conclusão de curso
dissertação, apresentado como exigência
para obtenção do título de Mestre em
Urbanismo, ao Programa de Pós
Graduação em Urbanismo, Pontifícia
Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof. Jane Victal Ferreira.

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informações – SBI – Puc-Campinas

t350.85 Assumpção, Rodrigo Vitorino.
A851f A formação das identidades urbanas em São Luís do Paraitinga e
Bananal: patrimônio arquitetônico e religioso / Rodrigo Vitorino
Assumpção. - Campinas: PUC-Campinas, 2008.
132p.

Orientadora: Jane Victal Ferreira.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias,
Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. São Luís do Paraitinga (SP) -
Patrimônio histórico. 3. Bananal (SP) - Patrimônio histórico. 4. Arquitetura
religiosa. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de
Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias.
Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

18.ed.CDD - t350.85

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnologia
Programa de Pós Graduação

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Prof. Dra Jane Victal Ferreira

1º Examinador Prof. Dr. Antonio Busnardo Filho

2º Examinador Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

1º Examinador Suplente Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos

2º Examinador Suplente Prof. Dra. Andréa Buchidid Lowen

Campinas, _____ de _____ de 200_____

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus avós e meus pais

AGRADECIMENTOS.

Certamente, esse o momento, até agora, é mais importante da minha vida profissional. Foram tantos anos de perseverança para a efetiva realização de um sonho. Tantas foram às pessoas que me fizeram chegar até aqui. A cada linha que escrevia do meu trabalho, subitamente, vinha a lembrança de todos aqueles que fazem parte de minha vida. Esse trabalho é o resultado do carinho e amor que todos tiveram por mim.

Quero agradecer a Deus, a minha família, em especial, meus pais, Hélio e Nanci; meu irmão Ricardo, minha cunhada Maria Emilia, e minha melhor amiga e doce namorada Claudia.

Agradeço a Professora Jane que cuidou desse sonho com tanto carinho e dedicação.

Agradeço também ao Tio Adilson e a Tia Cleide, que nessa empreitada de dois anos, me acolheram no seu apartamento em Campinas.

Ao amigo e professor sempre presente, Cláudio José Fugita, que me apoiou e incentivou a continuar meus estudos.

Aos amigos Sergio Rota e Sr. Rota que acreditaram em mim e proporcionaram todas as condições para que eu pudesse realizar esse trabalho.

Por fim, agradeço aos meus amigos de longa data e que sempre estiveram comigo: Luis Henrique, Luana, Enzo, Carlinha, Juliana Oliveira, Rodrigo, Bruno, Danielle, Gabriel, Juliana e Kátia Yuri.

RESUMO

A primeira ocupação do Vale do Paraíba está vinculada à busca da mão-de-obra indígena e do ouro, que posteriormente se consolida por meio da conquista dos portugueses. Fazendo uso das trilhas indígenas, os colonizadores adentraram os sertões do vale e, criando uma rede de novos caminhos consolidaram os núcleos de povoamento. No século XVIII, o ciclo do ouro intensificou a migração e a urbanização dessa área, ao mesmo tempo em que houve uma preocupação da Coroa Portuguesa com a proteção do território. As ordens eclesiásticas, e principalmente os jesuítas atuaram de forma decisiva nesse processo de conquista e domínio sendo que da relação entre Coroa e Igreja decorre a estrutura fundiária do Brasil no período colonial. As ações desses poderes condicionaram a morfologia dos primeiros povoamentos, mas também elaboraram a fisionomia das cidades São Luis do Paraitinga e Bananal, analisadas e comparadas nesse estudo que aborda aspectos da formação das suas identidades pontuando questões políticas, econômicas, religiosas e de costumes.

Termos de Indexação: Vale do Paraíba, Morfologia Urbana, Identidade Urbana, Patrimônio Urbano, Festas Religiosas.

ABSTRACT

The first occupation in Vale do Paraíba is connected to the search of Indian labor and gold, which later consolidates itself by the Portuguese conquest. Using Indian paths, colonizers went into the vale interior and, creating and new paths net consolidated settlements. In the XVIII century, migration and urbanization were intensified in this area because of the gold cycle, at the same time when there was a concern from the Portuguese Crown regarding the territory's protection. The ecclesiastic orders, and especially the Jesuits, were conclusive in this conquest and domination process, as from the relation between Crown and Church we have had Brazil's land distribution structure, during the Colonial era. These institution's actions shaped the morphology of the first settlements but also elaborated the physiognomy of São Luis do Paraitinga and Bananal, analyzed and compared in this study, which approaches aspects of the development of their identities pointing political, economical, religious and habits issues.

Key Words: Vale do Paraíba, Urban Morphology, Urban Identity, Urban Patrimony, Religious Parties

Lista de Ilustrações

Figura 01: Mapa da Capitania de São Paulo mostrando a calha do Rio Paraíba e Paraibuna entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira.....	20
Figura 02: Mappa da Região Vicentina- 1612.....	22
Figura 03: Gráfico (pg30) copilado do livro “A cidade de São Paulo: geografia e história” de Caio Prado Jr. Mostra os vetores de expansão partindo da Vila de Piratininga.....	25
Figura 04: Detalhe do Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo. 1791-1792.....	26
Figura 05: Detalhe do Mappa Corographico da Capitania de São Paulo 1837.....	27
Figura 06: Detalhe do mapa da capitania de São Vicente mostrando as cidades ao longo do Rio Paraíba datado do século XVII.....	33
Figura 07: Detalhe Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17-- Francisco Tosi Columbina.....	35
Figura 08: Detalhe Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17-- Francisco Tosi Columbina.....	38
Figura 09: Mapa (pg 02) copilado do livro “Grandeza e decadência do café” Stanley J. Stein (1964).....	40
Figura 10: Detalhe Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17-- Francisco Tosi Columbina.....	45
Figura 11: Detalhe do Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo. 1791-1792.....	46
Figura 12: Detalhe do Mappa Corographico da Província de São. Paulo. 1837.....	46
Figura 13: Detalhe do mapa da capitania de São Vicente mostrando as cidades ao longo do Rio Paraíba datado do século XVII.....	68
Figura 14: Trecho do mapa da cidade de São Luis do Paraitinga.....	70
Figura 15: Rua do Comércio atual Rua Barão de Paraitinga.....	71
Figura 16: Rua do Rosário atual Rua Monsenhor Ignácio Gióia.....	71
Figura 17: Praça Oswaldo Cruz. Ao Fundo a Igreja Matriz.....	73
Figura 18: : Edificações com dois pavimentos. Praça Oswaldo Cruz.....	73
Figura 19: Rua da Floresta atrás da Igreja Matriz.....	74
Figura 20: Edificações de São Luís do Paraitinga.....	74
Figura 21: Mercado Municipal. Vista interna.....	76
Figura 22: Mercado Municipal. Vista externa.....	76
Figura 23: Portas com características da arquitetura moura.....	77
Figura 24: Gradil do pavimento superior em madeira.....	77
Figura 25: Detalhe de beiral em residência de São Luís do Paraitinga.....	78
Figura 26: Igreja Matriz.....	78

Figura 27: Igreja das Mercês.....	79
Figura 28: Igreja do Rosário.....	79
Figura 29: Trecho do mapa da cidade de Bananal.....	81
Figura 30: Praça do Rosário.....	83
Figura 31: Casarão da Rua Manoel Aguiar.....	83
Figura 32: Vista Panorâmica da cidade de Bananal.....	84
Figura 33: Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Bananal.....	84
Figura 34: Solar dos Andrade.....	86
Figura 35: Detalhes de gradil.....	86
Figura 36: Detalhe de caixilharia.....	87
Figura 37: Igreja Matriz – Bananal.....	88
Figura 38: Igreja do Rosário – Bananal.....	88
Figura 39: Igreja da Boa Morte.....	89
Figura 40: Ermida do Retiro Vista Externa.....	89
Figura 41: Ermida do Retiro Vista Interna.....	90
Figura 42: Cemitério da Ermida do Retiro.....	90
Figura 43: Santa Casa de Misericórdia.....	91
Figura 44: Capela da Santa Casa de Misericórdia.....	91
Figura 45: Detalhe da lápide do Cemitério Santa Casa de Misericórdia.....	93
Figura 46: Estação de Ferro de Bananal.....	94
Figura 47: Farmácia Popular. Vista Interna.....	95
Figura 48: Farmácia Popular. Vista Externa.....	95
Figura 49: Rua enfeitada em São Luís do Paraitinga.....	111
Figura 50: Rua enfeitada em Bananal.....	111
Figura 51: Rua enfeitada em São Luis do Paraitinga.....	112
Figura 52: Rua enfeitada pelas crianças em Bananal.....	112
Figura 53: Rua enfeitada em São Luis do Paraitinga.....	114
Figura 54: Rua enfeitada em Bananal.....	114
Figura 55: Janelas enfeitadas em São Luís do Paraitinga.....	116
Figura 56: Janelas enfeitadas em Bananal.....	116
Figura 57: Procissão de Corpus Christi em São Luís do Paraitinga.....	117
Figura 58: Procissão de Corpus Christi em Bananal.....	117
Figura 59: Templo urbano em Bananal	118
Figura 60: Retorno a Igreja Matriz – Bananal.....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O VALE DO PARAÍBA: CAMINHOS E HISTÓRIA.....	19
1.1 OS CAMINHOS DO VALE.....	19
1.1.1. A OCUPAÇÃO DO PLANALTO DO PIRATININGA NO SÉCULO XVI.....	23
1.1.2. A CAPITANIA DE SÃO VICENTE NO SÉCULO XVII TERCEIRO VETOR DE EXPANSÃO – CAMINHO DOS BANDEIRANTES.....	30
1.1.3. A EXPANSÃO DO CAMINHO DOS BANDEIRANTES ATÉ AS MINAS: SÉCULO XVIII.....	34
1.2 OS CAMINHOS DO VALE FLUMINENSE.....	37
1.3 OS BANDEIRANTES E A GUERRA DOS EMBOABAS: NOVOS CAMINHOS.....	41
2.TERRITÓRIO, RELIGIÃO E PODER NO BRASIL COLÔNIA.....	50
2.1 QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL COLÔNIA.....	51
2.2.O CENTRO: TERRITÓRIO DO PODER.....	53
2.2.1 O PODER COROA.....	53
2.2.2 O PODER DA IGREJA.....	55
2.3. A INSTITUIÇÃO DOS PODERES SACROS E LAICOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO: O CASO DO VALE DO PARAÍBA.....	58
3. A MORFOLOGIA URBANA E AS FESTAS RELIGIOSAS: SÃO LUÍS DO PARAITINGA E BANANAL.....	65
3.1 A MORFOLOGIA URBANA: UMA COMPARAÇÃO.....	66
3.1.1 MORFOLOGIA URBANA DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA..	69
3.1.2 MORFOLOGIA URBANA DE BANANAL.....	80
3.2. AS FESTAS RELIGIOSAS E A RECRIAÇÃO DO ESPAÇO SACRO NAS CIDADES: A PROCISSÃO DE CORPUS CHRISTI EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	96
3.3. A TRADIÇÃO RELIGIOSA DA FESTA DE CORPUS CHRISTI NO VALE DO PARAÍBA.....	103
3.4. A MONUMENTALIDADE EFÊMERA DAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA EM TEMPO DE FESTAS.....	110
4. EPÍLOGO.....	122

“O tempo superado pelo transcorrer cronológico, conhecido por passado, é buscado no ato de recordar, mesmo que este se faça em torno de uma lembrança construída pelo exercício intelectual.” (LOFEGO, 2001:68)

INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre as cidades do Vale do Paraíba é compreensível remetermos às questões do Ciclo Cafeeiro no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, visto que o café foi o grande responsável por tirar do ostracismo a então Capitania paulista. Sob o ponto de vista econômico, político, social e arquitetônico, este assunto já foi muito estudado. A grande maioria das cidades dessa região tem alguma obra publicada, seja por historiadores renomados, (mestres e doutores) ou por cidadãos comuns oriundos das mesmas. Cada uma das cidades sofreu o impacto dessa economia, mesmo que sob intensidade distinta. Destacamos obras clássicas como a “Grandeza e a Decadência do Café” de Stanley J. Stein (1961), em que o autor apresenta a questão, tendo como objeto de pesquisa a cidade fluminense de Vassouras. Sob organização de Sérgio Buarque de Holanda (2004), temos uma coleção de livros, “A História Geral da Civilização Brasileira”, onde, em especial, destacamos o volume seis. Ao abordar o declínio e queda do Império, autores como Alice P. Canabrava e Antonio de Souza Jr. citam a influência e o poderio dos Barões do Café neste período da História do Brasil. Recentemente Augusto da Silva Telles (2006) publicou um livro em que apresenta uma série de cidades do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense. Até mesmo na Literatura Brasileira encontramos obras como “Cidades Mortas” de Monteiro Lobato, na qual o enredo percorre as cidades fictícias do Vale, já vítimas da crise econômica do café.

Apesar de ser um tema e uma região muito estudada, buscávamos uma lacuna para incorporar nosso trabalho na bibliografia existente. Olhamos para as cidades como um conjunto e percebemos que há peculiaridades em cada uma delas. Características que as acompanham desde a formação dos núcleos históricos até o impacto da cultura cafeeira. A partir desse olhar crítico a comparação foi inevitável e,

por conseguinte, o método de abordagem foi escolhido. Nenhuma obra pesquisada na bibliografia apresenta essa metodologia comparativa.

Posterior à escolha do método, preocupamo-nos em definir a melhor maneira de abordar o tema. Encontramos no livro de Geraldo G. Serra “Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo” uma forma sucinta e simplificada para resolvermos a abordagem. A metodologia deve responder três perguntas: por que comparar, o que comparar, e como comparar.

A comparação se faz necessária ao apresentarmos duas questões. A primeira, já citada, a qual deve incorporar nosso trabalho na bibliografia, em que essa metodologia comparativa ainda não foi aplicada. A segunda questão refere-se ao conceito sobre as “Cidades Coloniais”. A bibliografia explica as cidades coloniais como partes de um todo. Muitas vezes identificamos as características em comum dessas cidades, ou seja, pensamos nas cidades coloniais como uma tipologia específica: casa de taipa, beirais largos, envasaduras com vergas ora retas ora arcos abatidos ou plenos, etc.. Sabemos que a arquitetura típica desse período provém do conhecimento técnico e dos materiais disponíveis para a construção. Entretanto, há outras questões menos estudadas que deveriam ser expostas. A primeira delas é a questão da mobilidade e a ocupação territorial. Nesse sentido, o conhecimento indígena sobre o território, os acidentes geográficos naturais e principalmente a hidrografia tiveram um papel importante para a ação colonizadora portuguesa. Era através dessas características que os primeiros colonizadores portugueses se orientavam na nova terra. As fundações de alguns núcleos urbanos não foram aleatórias, pois sabemos que havia uma preocupação da Coroa Portuguesa em conquista, demarcação e proteção territorial. Os movimentos migratórios e a abertura de vias em função dos ciclos econômicos também estão relacionados à formação de outros núcleos urbanos. Isso sugere a hipótese de que pode haver diferenças na gênese da formação dos núcleos urbanos.

Para provar essa hipótese, procurávamos comparar duas cidades do Vale do Paraíba Paulista que sofreram a influência da cultura cafeeira no século XIX. Entretanto, a escolha de cada uma relacionou-se à localização geográfica e à época da formação dos núcleos históricos das cidades a serem estudadas. Buscávamos

dois núcleos urbanos do período colonial que pudessem ter relação com rotas de escoamento da produção entre o sertão e o litoral. O período de formação do núcleo histórico também era importante. As cidades deveriam ser contemporâneas ou pelo menos com datas de fundação próximas, portanto concentramos nossa atenção nos núcleos urbanos do século XVIII, visto que nesse período o Vale do Paraíba já estava intensamente povoado. Embasados nesses preceitos escolhemos as cidades de São Luís do Paraitinga e Bananal.

São Luís do Paraitinga é uma cidade próxima a São Paulo, e rota do escoamento da produção entre Taubaté e o Porto de Ubatuba. Já Bananal também é rota de escoamento de produção entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Possuía uma relação comercial forte com o Estado Fluminense, principalmente no século XVIII e XIX. Ambas as cidades têm a formação dos seus núcleos datada na segunda metade do século XVIII.

Para compararmos devemos criar uma metodologia secundária ao mesmo tempo em que pontificam algumas vertentes possíveis do trabalho. Poderíamos fazer essas comparações sob a luz da economia, dos aspectos sociais ou ainda da política. Entretanto pouco se questiona a formação das cidades como o resultado de cultura. Segundo afirma Günter Weimer (2005) no prólogo de sua obra, a *“arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural”* (pg XXI) As cidades, principalmente as paulistas, são os resultados da cultura, mais especificamente, da miscigenação cultural ocorrida na Capitania. Como bem alertou Darcy Ribeiro na obra *“O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”* (1995) o paulista é um povo novo, proveniente da matriz branca européia e matriz indígena brasileira, não apenas no que diz respeito ao resultado dessa miscigenação (que é o mameluco), mas também do acúmulo de conhecimentos de ambas as matrizes¹.

Defrontamo-nos com um novo problema. O conceito de Cultura tem um aspecto muito generalizado. Encontramos no livro de Roque de Barros Laraia (2007) uma síntese bibliográfica desse assunto. Em sua obra, esse autor aponta o

¹ Basta ver os relatos dos viajantes quando descrevem o território paulista. Saint Hilare descreve que as ruas das cidades paulistas são pouco largas e com uma arquitetura simples, mas com costumes peculiares *“O uso da rede, quase desconhecida na Capitania de Minas, é muito espalhado na de S. Paulo, a exemplo dos hábitos dos índios, outrora numerosos nessa região”* (pg72)

desenvolvimento do conceito desde as questões iluministas até os pensadores modernos. Não é nosso objetivo com esse estudo estabelecer um novo conceito de cultura, mas trabalhar com a compilação realizada por Laraia, quando acompanha a questão, tal como elaborada pelos teóricos desde o aparecimento do termo. Segundo o próprio Laraia, essa discussão não terminou, e certamente está longe de terminar, visto que o conceito de cultura é “(...) pois uma compreensão exata da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana.” (pg 63). O que buscamos é apenas uma forma de contextualizar a formação das cidades a partir da cultura. Franz Boas (2006) define cultura como inter-relações entre as invenções humanas, vida econômica, estrutura social, arte, religião e moral (pg 103). Ao analisar as obras de Taylor e Kroeber, Laraia coloca que o homem é “(...)o único ser possuidor de cultura” (pg28). O mesmo autor salienta que o homem é resultado do meio em que foi socializado, herdeiro de acumulação de conhecimentos e experiências das gerações anteriores (pg 45). A comunicação tem, nesse sentido, um importante papel na perenidade da cultura de um povo.

Laraia aponta autores como Geertz, Schneider e Levi Strauss que definem a cultura como um sistema simbólico, e geram significados distintos². Sendo assim “Estudar cultura é portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.” (pg 63)

Entretanto, de que tipo de cultura estamos falando: a adquirida com o tempo na história de um povo ou a imposta e apropriada como afirmação de poder de um povo sobre outro? No caso do Brasil, os indígenas têm uma cultura própria com evolução natural em função do tempo e do meio em que vivem. Contudo, a Coroa Portuguesa, junto com a Igreja, em sua ação de conquista impõe uma cultura tipicamente europeia que se perpetua no decorrer de toda nossa história. A religião, como parte da cultura de um povo, cria símbolos que são transmitidos por diversas gerações. Com a Igreja Católica não é diferente. A forma de imposição cultural da Igreja, no Brasil, está baseada nos preceitos Católicos e Cristãos impostos sobre os indígenas e posteriormente sobre os negros. Um exemplo de imposição cultural é a

² Tem-se o exemplo de que na cultura ocidental o luto é representado pela cor negra, enquanto na cultura oriental o mesmo acontecimento é representado pela cor branca.

festa com caráter religioso e ao mesmo tempo laico, visto que estes eventos demonstravam a aliança entre a Coroa e a Igreja. As festas entram nos rituais católicos como forma de aproximação entre a instituição e o povo. Nesse sentido, além da cultura imposta pelo poder laico da Coroa, a cultura religiosa coloca-se como formadora do núcleo urbano das cidades. Ao mesmo tempo, as festas têm um papel fundamental na concepção da vida urbana, que se perpetua nas tradições de cada cidade estudada.

Sendo assim, estruturamos nosso trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a questão da geografia e história da região. Nesse mesmo contexto, colocamos as vias de circulação do Vale do Paraíba, ou seja, os caminhos abertos para a ocupação territorial pontuando os fatos históricos. Utilizamos como fonte primária a cartografia antiga como “Collectanea de mappas da Capitania de São Paulo” e a cartografia adquirida na Biblioteca Nacional datadas dos séculos XVII e XVIII. Outra fonte primária importante foi a obra de Afonso de Taunay (1981), “Relatos Sertanistas”, que nos propiciou a descrição da busca de novas terras pelos paulistas. Completamos nosso relato dos caminhos com a descrição de Augusto da Silva Telles (2006) e Píndaro de Carvalho Rodrigues (1980). Especificamente o primeiro autor trabalha a ocupação territorial do Vale do Paraíba de maneira mais geral, pontuando a abertura das principais vias entre o litoral e o sertão. O segundo autor cita a abertura do Caminho Novo da Piedade, o qual passa por Bananal.

Apesar de olharmos para as cidades sob o prisma da cultura, faz-se necessário o conhecimento da economia para embasar alguns aspectos da vida urbana. Quatro obras de referência articulam o primeiro e o segundo capítulos, sendo “Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII” (2001) e “Formação Econômica no Brasil”(2007), ambas de Celso Furtado; e as obras de Sérgio Buarque de Holanda “A História Geral da Civilização Brasileira” (2004) e “Raízes do Brasil” (2006) .

O segundo capítulo aborda o papel da Coroa Portuguesa e da Igreja na ocupação territorial do Brasil Colônia. Citamos os dados colocados principalmente nos livros de Murilo Marx como “Brasil terra de quem?” (1991) e “Nosso chão do sagrado ao profano” (2003). Nestas obras o autor descreve a importância da aliança

entre a Coroa Portuguesa e a Igreja; como essa aliança foi sendo modificada no decorrer do tempo e qual a conseqüência na formação e desenvolvimento dos núcleos históricos. Outras obras como “O sol e a sombra” (2006) de Laura de Mello e Souza e “Autoridade e Conflito no Brasil colonial” (2007) de Heloísa Liberalli Bellotto auxiliaram a demonstrar de que forma era realizada a organização administrativa do Brasil colônia, e especialmente a segunda obra versa sobre o governo de Morgado de Matheus e a reestruturação da Capitania de São Paulo. Nas duas obras, as autoras certificam a dificuldade que havia em administrar um território inóspito e ao mesmo tempo desconhecido. É justamente nesse período de reestruturação da capitania que surge a cidade de São Luís do Paraitinga. Para complementar esse estudo, buscamos na obra de Luís Saia e Jaelson B. Trindade (1977) referências sobre a formação e a constituição dessa cidade.

Após apresentarmos eventos históricos que originaram cada uma das cidades estudadas, iniciamos o terceiro capítulo com a comparação propriamente dita. Com essas informações podemos observar as diferenças e semelhanças na formação dos núcleos históricos de cada cidade. Para tal, analisamos a morfologia urbana apontando os espaços público/ privado e seus significados sacros/ laicos além de apresentamos a arquitetura das respectivas cidades. Um acréscimo a esse capítulo surgiu de uma visita à cidade de São Luís do Paraitinga a fim de registrar a Festa de Corpus Christi. Quase desprezioso, desejávamos apenas um registro do evento. Contudo, esse trabalho foi de tamanha relevância que alterou um pouco o rumo da pesquisa. Essa visita à cidade fez com que estabelecêssemos um recorte mais específico do objeto. A partir desse momento, o recorte do conceito de cultura ocorre em especial na Cultura Religiosa. Buscávamos compreender qual a relação dessa cultura com as tradições nas cidades, isto é, a Igreja e a Festa de Corpus Christi na formação das tradições do núcleo histórico urbano. Nesse sentido, vimos-nos obrigados a complementar o estudo dos espaços sob a luz da antropologia, especificamente sobre questões de ordem religiosa. Vale lembrar que a antropologia entra nesse capítulo, da mesma forma que a história e a geografia entraram nos primeiros capítulos, isto é, como uma ciência complementar.

Recentemente nos vimos obrigados a registrar a Festa de Corpus Christi em Bananal e a partir deste momento iniciar a comparação. Arelada a essa formação sacra e laica das cidades, o livro de Mary Del Priore “Festas e Utopias no Brasil Colonial” (2000) e o de Beatriz Catão Cruz Santos “O Corpo de Deus na América” (2005) afirmam que as festas demonstram a imposição dessas instituições. Há um terceiro livro organizado por István Jancsó e Íris Kantor (2000) com dois volumes, publicados recentemente contendo uma coletânea de artigos e diversos autores com o nome de “Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa”. Investigamos em fontes primárias documentos históricos que pudessem servir como argumentos das relações entre a Festa de Corpus Christi e a reafirmação do poder da Igreja e Estado na constituição das cidades. Essa documentação foi levantada na Assembléia Legislativa de São Paulo; nas Mitras Diocesanas de Lorena, Taubaté e São Paulo. Na assembléia Legislativa temos uma documentação que nos mostra a elaboração dos Estatutos de Irmandades e os ofícios e requerimentos para melhorias das cidades. Nas Mitras Diocesanas encontramos documentos das Pastorais que mostram como a Igreja estabelece um comércio com o povo para a realização das festas. Tanto na Assembléia como nas Mitras os documentos datam do século XIX.

O quarto e último capítulo é um fechamento, um epílogo, discutindo as questões levantadas durante o trabalho e ao mesmo tempo apontando temas que podem ser discutidos em trabalhos futuros.

Para elaboração dos quatro capítulos aqui apresentados, consideramos necessário o registro fotográfico e filmagem das cidades e das festas. Buscamos entender como essas tradições se perpetuaram na vida urbana, criando nessas cidades uma identidade própria, singular. Acreditamos que são justamente essas tradições e a identidade das cidades que reafirmam suas condições de monumento, entendendo-o como um tempo e espaço a ser sempre lembrado.

“Nos morros descortinávamos todo o território que se estende entre a cadeia marítima e a Serra da Mantiqueira, região que forma uma espécie de bacia entre as duas cadeias.”
(SAINT-HILAIRE 1974: 69)

1. O VALE DO PARAÍBA: CAMINHOS E HISTÓRIA

1.1. OS CAMINHOS DO VALE PAULISTA

O Vale do Paraíba localiza-se entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, a nordeste do Estado de São Paulo, estendendo-se a todo o Rio de Janeiro e um a trecho de Minas Gerais. A citação acima é retirada da obra de Auguste de Saint-Hilaire, que em 1822 descreve a região do Vale após deixar a Capitania de Minas Gerais e adentrar a Capitania de São Paulo.

Segundo Jaelson Britan Trindade (1977), o Vale do Paraíba, no final do século XVII, é a *“região mais povoada da Capitania de São Paulo”* (pg. 09), com uma densa aglomeração nas margens dos rios. Sua hidrografia é também um aspecto importante para compreendermos a ocupação desse território. Augusto da Silva Telles (2006) descreve o vale como uma calha, formada entre as serras citadas. Por ele passa o Rio Paraíba do Sul, resultante do encontro dos rios Paraitinga e Paraibuna¹. (FIG 01)

O mapa abaixo, datado de 1749, mostra o percurso dos Rios Paraitinga e Paraibuna, que nascem próximos à Serra do Mar, até se encontrarem formando o Rio Paraíba do Sul. Nesse mesmo mapa, temos a localização de algumas vilas e cidades como São Paulo, Mogi, e Ubatuba. Outras vilas estão apenas locadas no mapa, mas sem citação dos nomes. É o caso daquelas fundadas às margens do Rio Paraíba, que descreveremos posteriormente.

¹ Em seu livro *“O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café”* o autor informa que após o encontro dos rios Paraitinga e Paraibuna, a oeste, o rio Paraíba do Sul descreve uma *“meia-volta”* devido a características geomorfológicas da região. Por essa razão ele atinge os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.



Fig 01: Detalhe do Mapa das Cortes séc XVIII. Mapa da Capitania de São Paulo mostrando a calha do Rio Paraíba e Paraibuna entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Catalogação nº cart1004807
Fonte BN arquivo digital

A ocupação do Vale do Paraíba ocorre, principalmente, pelo ímpeto dos colonizadores, que buscam novas terras. Entretanto, essa busca se inicia logo após a ocupação do litoral paulista, quando há o anseio dos portugueses em estender o domínio sobre a colônia, ainda no primeiro século da ocupação do território. Para isso, devem transpor a Serra do Mar. Esse acontecimento ocorre devido ao limite estreito do litoral paulista com a serra ². Outro agravante para a ocupação no litoral paulista é a característica dos solos. Os terrenos possuem solos insalubres para a agricultura, como mangues e pântanos. (PRADO, 1989: 09). Sendo assim, há uma questão de sobrevivência dos próprios colonizadores ao buscarem novas terras.

Eles partem da Vila de São Vicente serra acima, até atingirem o planalto. No Mapa da Região Vicentina, datado de 1612, já visualizamos o litoral paulista densamente povoado e o estreito espaço de terra formado entre o mar e a serra (FIG 02). O mapa apresenta uma descrição explicativa no lado inferior direito, em que o autor e cartógrafo-mor de Sua Majestade, João Teixeira, faz saber que na região se encontram *“mui bons portos e surgidouros como se mostra”*. É o indício da significativa ocupação do litoral, conhecida como ocupação pelágica. O interessante é perceber a localização da única via que liga o litoral, partindo da Vila de São Vicente ao planalto no canto superior esquerdo do mapa. De certa forma, é a segunda mudança no vetor de ocupação desse território, pois, como vimos, a primeira refere-se à extensão litorânea. Após estender seus domínios na faixa litorânea, fundando vilas e estabelecendo portos e fortes, o colonizador português, na segunda metade século XVI, abre esse caminho que sai do litoral em direção ao planalto.

² Telles verifica que esse acontecimento ocorre também na cidade de Angra dos Reis (RJ) ainda no século XVI.

1.1.1. A OCUPAÇÃO DO PLANALTO DO PIRATININGA NO SÉCULO XVI

A subida ao planalto é realizada pelos colonizadores portugueses com o auxílio dos indígenas e de João Ramalho. Há que se lembrar a história desse português que, desertado³ pela Coroa, é enviado ao Brasil. Na Capitania de São Vicente, casa-se com Bartira, a filha do cacique Tibiriçá. João Ramalho organiza a comitiva de indígenas, colonizadores portugueses e jesuítas para o planalto, tornando-se um elo de comunicação entre os nativos e os colonizadores. É uma viagem complicada, visto as dificuldades de locomoção pela densa floresta da Serra do Mar. A primeira vila fundada no planalto é Santo André da Borba do Campo em 1553, e posteriormente em 1554 funda-se a Vila de Piratininga, com a construção do colégio dos jesuítas para a catequização dos índios.

“Ao subirem a serra encoberta por densa floresta, (...) encontraram no planalto, uma extensa área de vegetação rasteira, onde colinas se erguiam formando as meias laranjas, e onde existiam, dispersos agrupamentos de matas. Nesse planalto, foram fundados, inicialmente pelos jesuítas, um colégio para ensino e catequese dos índios, depois pelo próprio governador, a cidade de São Paulo de Piratininga.” (TELLES, 2006: 28)

O planalto oferece algumas vantagens se comparado ao litoral. Em primeiro lugar o solo favorável à agricultura. Concomitante, o clima é temperado com constantes temperaturas médias e mais próximas ao encontrado pelo colonizador em sua terra natal e, sob o ponto de vista econômico, a mão-de-obra farta, devido à presença de tribos indígenas dispersas pelo território (PRADO, 1989: 10). Essa dispersão cria uma rede de tribos que de alguma forma estão ligadas entre si, principalmente por laços familiares⁴. A ocupação territorial do Planalto de Piratininga ocorre inicialmente pelos limites das várzeas dos rios Tamanduateí e Anhangabaú.

³ John M. Monteiro (2004) cita que não se sabe bem ao certo como este personagem colonial chegou ao Brasil. É possível também que ele tenha sido um náufrago de expedições portuguesas ou castelhanas no período entre 1510 e 1515 (pg 29).

⁴ Ver John M Monteiro.

Nela, a presença dos colonos é demarcada com a construção de três edificações: o Convento de São Bento, o Colégio do Carmo e o Convento de São Francisco.

Portanto, a partir de 1554, o centro da Capitania desloca-se do litoral ao planalto⁵. Isso proporciona que a Vila de Piratininga seja um eixo de ligação, um ponto nodal, entre o litoral e o sertão. Caio Prado Jr. (1989) nos apresenta esse fenômeno em um gráfico simplificado, em que podemos verificar a cidade de Santos como entrada da capitania e eixo de ligação entre o litoral e o planalto. Posteriormente, o autor apresenta outros os cinco vetores de expansão que partem da Vila de Piratininga ao sertão, além do caminho do mar. (FIG 03).

Para exemplificar melhor o gráfico de Caio Prado Jr., buscamos uma cartografia que pudesse demonstrar esses caminhos. Em um mapa datado do final do século XVIII vemos cinco dos caminhos descritos por Caio Prado Jr.: o caminho do mar, o caminho do Vale do Paraíba, o caminho do sul de Minas, o caminho dos Guaianases e o caminho do Vale do Rio Tietê. (FIG 04) Vale dizer que o caminho dos Campos de Sorocaba é uma ramificação do caminho do vale do Rio Tietê. Este aparece em um outro mapa datado do século XIX. (FIG 05)

O que nos interessa dessa documentação é justamente o primeiro caminho aberto pelos colonizadores após chegarem ao planalto: o caminho do Vale do Paraíba. O início da sua abertura data da segunda metade do século XVI.

Sérgio Buarque de Holanda (2006), aponta que a subida ao planalto e a fundação da Vila de Piratininga é um *“momento novo de nossa história nacional”*. Após a ocupação do Planalto de Piratininga, mesmo mantendo uma relação mercantil, há o distanciamento maior entre a Coroa Portuguesa e a Colônia. Com isso a população paulista tem certa liberdade para organizar expedições ao sertão. São expedições extremamente simplórias em que não há uma efetiva ação colonizadora. Até então não existe uma preocupação em conquistar novas terras

⁵ Com essas melhores condições para sobrevivência há uma migração de colonos do litoral ao planalto. Prado salienta até há preocupação referente ao “despovoamento completo do litoral”. Sergio Buarque de Holanda (2006) também cita que os portugueses criavam muitas barreiras para a ocupação de terra adentro, justamente com medo do despovoamento da marinha.

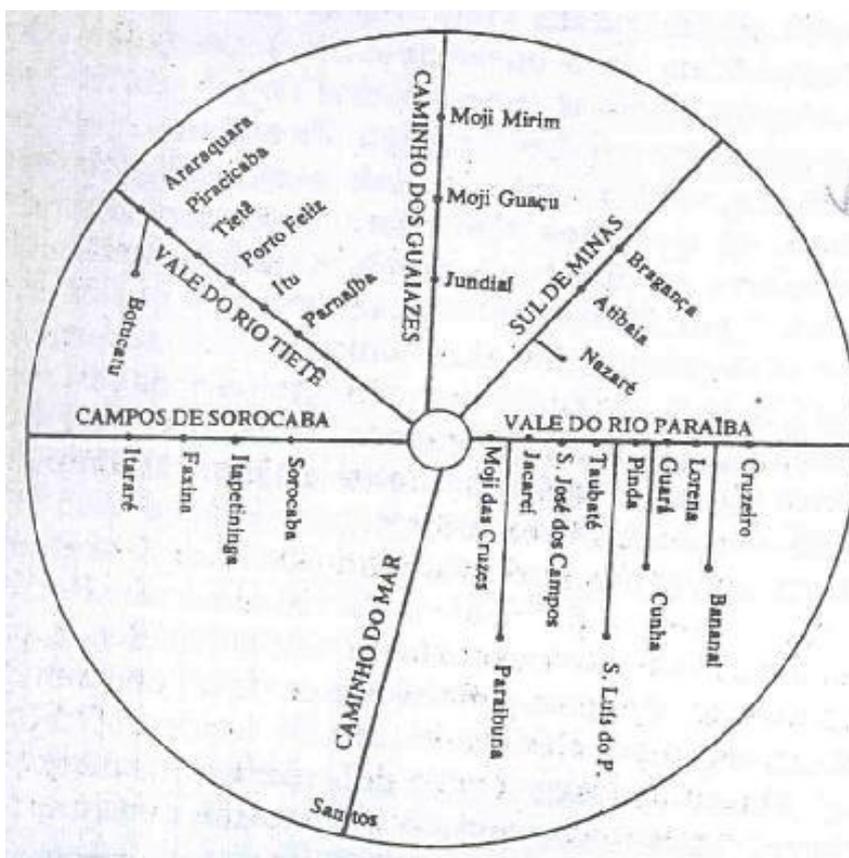


Fig 03 Gráfico (pg30) copilado do livro “A cidade de São Paulo: geografia e história” de Caio Prado Jr. Mostra os vetores de expansão partindo da Vila de Piratininga.



Fig 04: Detalhe do Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo. 1791-1792. Fonte: Collectanea de Mappas da Cartographia Antiga da Capitania de São Paulo- 1922. Acervo Biblioteca FAU USP: Obras Raras



Fig 05 Detalhe do Mappa Corographico da Capitania de São Paulo 1837. Fonte: Collectanea de Mappas da Cartographia Antiga da Capitania de São Paulo- 1922. Acervo Biblioteca FAU USP: Obras Raras

com o intuito comercial e econômico. Esse quadro só muda a partir do descobrimento das minas de ouro.

“Acabadas as expedições, quando não acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e aos sítios da roça. E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente”.(HOLANDA, 2006: 102)

Darcy Ribeiro (1995) complementa o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, quando afirma que surge em São Paulo o mameluco. Resultado da miscigenação dos índios com os portugueses. Luís Saia (2005) salienta que é uma mestiçagem em todos os aspectos, incluindo a dieta, as técnicas militares, a linguagem e até mesmo o estilo de vida (pg 27)

Essa miscigenação genética, e também cultural, proporciona aos paulistas características peculiares e importantes para a conquista de novas terras. O paulista é um povo que surge dos cruzamentos de duas matrizes raciais distintas: o indígena e o europeu. É, ao mesmo tempo, um povo que integra culturalmente ambas matrizes. De maneira geral, a miscigenação desse povo novo resulta em um modo de vida muito peculiar. É uma sociedade com poucas mulheres brancas, e com uma grande mestiçagem entre as índias. Um povo que perde a consciência da vida comunitária e disciplina patriarcal proveniente da cultura portuguesa ao mesmo tempo em que perde a autonomia da vida igualitária, sem distinção de classes sociais proveniente da cultura indígena. Contudo, há uma unificação dos conhecimentos militares portugueses, com as técnicas de sobrevivência e deslocamentos indígenas no território inóspito. (RIBEIRO 1995: 366)

Luís Saia lembra que ao contrário da colonização da América Espanhola, em que os europeus devastaram a maioria dos nativos, a miscigenação entre portugueses e índios é base importantíssima para a conquista de novas terras e abertura de novos caminhos. O indígena é o elemento imprescindível para compreender como ocorre a ocupação territorial na Capitania de São Vicente. A maior parte dos caminhos, que os colonos percorrem, já é proveniente de trilhas indígenas. Além disso, o aspecto cultural indígena também fica evidente no paulista. Muitas famílias paulistas têm, em algum momento, a miscigenação com o sangue indígena. A descrição e a nomenclatura de regiões geográficas, rios, vilas e cidades

e até mesmo hábitos da vida cotidiana (como dormir ou descansar na rede) provêm da matriz indígena.

O Paulista é um povo pobre, que vive da agricultura de subsistência. Uma vida simplória, mas com o anseio de crescimento econômico, *“aspiravam a participar da camada dominante, dar-se luxos de consumo e poder influenciar e mandar”* (RIBEIRO, 1995: 367) Organizam seus núcleos com disciplina militar, como os de além-mar e tornam-se grandes aventureiros nas buscas de novas terras e mão-de-obra indígena escrava. (RIBEIRO, 1999:367) Essa mão-de-obra é enviada ao nordeste brasileiro e ao litoral paulista para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. O escravismo indígena é a primeira forma de comércio que há no planalto. Laura de Mello e Souza (2006) destaca que em muitas ocasiões os próprios paulistas são contratados por senhores de engenho do nordeste para adentrar no território com a finalidade de matar ou capturar índios, e posteriormente negros. Isso cria imagens ambíguas quanto à figura do paulista. Ele é visto como um animal do mato, astuto nas suas investidas aos sertões, porém traiçoeiro e desqualificado em seu trato social (pg 116).

Alguns historiadores apontam a falta de planejamento na ocupação territorial, nos primeiros séculos de conquista. O próprio Sérgio Buarque de Holanda (2006) também aponta a falta de organização e planejamento do colonizador português, quando o compara ao espanhol e salienta que após a descoberta do ouro, o colonizador português priorizava o caráter de exploração comercial. O mesmo autor faz uma analogia na metodologia de ocupação das terras da colônia entre os dois países. Compara o colonizador espanhol com um ladrilhador, dada a organização na ocupação territorial. Aponta a morfologia das vilas e cidades americanas de origens espanholas como um tabuleiro quadriculado. Para Sérgio Buarque de Holanda o colonizador português é um semeador, pois praticamente pulveriza suas raízes colonizadoras e faz surgir em seu território vilas e cidades sem muita organização espacial, no que diz respeito ao contexto urbano⁶.

Essa falta de planejamento na ocupação territorial da América portuguesa no século XVI e XVII influencia diretamente na forma em que o colonizador organiza

⁶ Vide capítulo “O semeador e o ladrilhador” IN Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda

seus primeiros núcleos de povoação. Silvio Luís Lofego em seus estudos sobre a obra de Ernani Silva Bruno cita que o núcleo de povoação da Vila de Piratininga acontece sem planejamento, visto que ruas eram abertas pelos próprios moradores, conforme as necessidades urgentes de tráfego e do cotidiano. As principais vias ligavam o Pátio do Colégio à Vila de Santo André da Borda do Campo e ao litoral (LOFEGO 2001:48).

Porém, em sua segunda viagem à Capitania de São Paulo em 1822, Saint-Hilaire menciona uma questão tão instigante quanto atual. Ele elogia e ao mesmo tempo critica o modo como é realizada a ocupação do território brasileiro, em especial as obras ocorridas no Vale do Paraíba. De fato, o autor salienta a facilidade com que os brasileiros vislumbram a resolução dos seus problemas de ocupação territorial. Contudo, sem disciplina para realização das tarefas propostas, podendo levar anos até a conclusão das obras.

“Os brasileiros aprendem com facilidade, sabem arquitetar planos, mas entregam-se, demais, ao devaneio, não medindo obstáculos nem calculando os empreendimentos de acordo com seus recursos. (...) Começa-se qualquer empreendimento útil, para logo ser interrompido e abandonado. Às vezes um serviço ordenado pelo governo e que se poderia acabar em pouco tempo, com despesas mínimas, jamais termina, embora nele se trabalhe sempre. A obra se transforma quase em um apanágio de um homem de posição. De que viveria ele se lhe tomassem tal patrimônio?” (SAINT-HILAIRE, 1974: 19)

1.1.2. A CAPITANIA DE SÃO VICENTE NO SÉCULO XVII: TERCEIRO VETOR DE EXPANSÃO – CAMINHO DOS BANDEIRANTES.

É de São Paulo que os Bandeirantes (ou pioneers paulistas, como se referia Sérgio Buarque) estabelecem seus percursos ao sertão⁷. Os próprios

⁷ Sérgio Buarque deixa bem claro que não são mais os colonizadores portugueses os organizadores das Bandeiras. Em um trecho ele diz: “A expansão dos pioneers paulistas não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se freqüentemente contra a vontade e contras os interesses imediatos desta.” (2006: 102)

Bandeirantes têm descendência indígena e inicialmente adentram aos sertões com a função de capturar índios para servirem de mão-de-obra escrava. Darcy Ribeiro esclarece que o comércio paulista, a princípio, é baseado no tráfico de escravos indígenas. Buscavam os nativos nos sertões para serem escravos nos engenhos do Nordeste e litoral paulista. (pg.371) Os indígenas têm também um importante papel para subsidiar as ações portuguesas. Os colonos escravizam os índios para trabalharem nas construções, agricultura, transporte e até servirem de tradutores quando do contato com novas tribos. Os padres jesuítas também impõem a cultura cristã aos indígenas como forma de dominação e imposição cultural.

“Sucedeu que vindo os paulistas naquele tempo fazerem entrada ao gentio e estas partes para o conduzirem para São Paulo por negócio, e se servirem dele conduzindo os de menor idade porque melhor se lhes adomava e por doméstico” (TAUNAY, 1981:65)

Além da apropriação dos conhecimentos indígenas pelos colonos, a Vila de Piratininga é fundada justamente no centro do sistema hidrográfico, portanto a Vila está localizada em um ponto estratégico da capitania. Esse fato possibilita a utilização dos rios como vetores de expansão territorial, abrindo caminhos aos sertões. (PRADO 1989: 20) Um desses caminhos é justamente em direção ao Vale do Paraíba, partindo do leste de São Paulo, mais tarde conhecido como “Caminho dos Bandeirantes”. Com a descoberta das minas de ouro no século XVII, há uma intensificação no tráfego de pessoas por essa via.

Segundo Darcy Ribeiro (1995) o ouro é primeiramente encontrado nos sertões de Taubaté, nas margens dos rios, também conhecido como ouro de aluvião (pg 372). Os Bandeirantes ocupam as margens dos rios e expandem os caminhos no sentido das minas, acreditando que o ouro pode ser encontrado ao longo de toda extensão fluvial, com isso seguem seu leito em busca do metal. É passível de compreensão, portanto, que a ocupação do território mineiro seja tipicamente de povoadores paulistas. Há uma política da Coroa Portuguesa em ocupar o território do Vale do Paraíba, juntamente com os interesses em estabelecer ligações do planalto com o litoral norte da capitania (MÜLLER: 1969, 13). Sendo assim, no fim do século

XVI e início do século XVII, as primeiras sesmarias na região do Vale do Paraíba são doadas, e alguns núcleos urbanos, vilas e freguesias, são fundados. Segundo Müller (1969) no fim do século XVII já existem na região três vilas (Taubaté, Jacareí e Guaratinguetá), dois povoados religiosos (Pindamonhangaba e Tremembé), e dois aldeamentos indígenas (Nossa Senhora da Escada e São José) (pg19). Estes são pontos importantes na organização territorial da colônia (FIG 06). Nesta mesma figura podemos ver a descrição “Aldeia dos Reis” entre o litoral e o Rio Paraíba. As Aldeias dos Reis são introduzidas na Capitania pelo Governador-Geral Men de Sá em 1560, mas infelizmente o mapa apresentado não traz uma data precisa para a fundação desta Aldeia Del Rei especificamente. Esses aldeamentos são unidades fixas de indígenas “amigos”, sob supervisão e administração dos jesuítas. As Aldeias dos Reis têm duas finalidades: a primeira diz respeito a criar e manter as relações territoriais com o planalto, enquanto a segunda refere-se à proteção territorial (MONTEIRO 2004: 31).

Logo após sair de São Paulo, sentido Vale do Paraíba, o caminho segue em direção a Mogi das Cruzes, passa por Jacareí até atingir a Vila de Taubaté. A abertura desse vetor de expansão (ao longo do Rio Paraíba), juntamente com a descoberta de ouro de aluvião e a fundação dos primeiros núcleos de povoamento às margens do rio, intensificam a migração da Vila de Piratininga ao sertão do vale. Já no século XVII, a busca do ouro muda pela terceira vez o eixo de ocupação territorial na capitania.

Taubaté torna-se a mais importante cidade do Vale do Paraíba no século XVII. A maior parte dos Bandeirantes é nascida nessa cidade.⁸ Assim como a Vila de Piratininga no século XVI, Taubaté tem, no século XVII, uma ligação direta entre o sertão e o mar pelo porto de Ubatuba e o de Parati. O caminho entre Taubaté e Ubatuba é uma antiga trilha indígena. Essa via é de grande importância para o escoamento da produção de ouro, tanto que Taubaté torna-se um ponto do Registro, isto é, uma alfândega da Coroa Portuguesa para o controle de mercadorias vindas do sertão. Contudo o maior contingente populacional provém da Vila de Piratininga.

⁸ No livro “Relatos Sertanistas” de Afonso de E. Taunay, o número de citações sobre bandeirantes de Taubaté é muito grande.



Fig 06: Detalhe do mapa da capitania de São Vicente mostrando as cidades ao longo do Rio Paraíba datado do século XVII Fonte: BN

1.1.3. A EXPANSÃO DO CAMINHO DOS BANDEIRANTES ATÉ AS MINAS: SÉCULO XVIII.

No século XVIII, com a intensificação do tráfego tanto de tropeiros, viajantes, e bandeirantes, sentido às minas, surgem novos núcleos de povoamento como Caçapava, Piedade (depois conhecida como Lorena), Caixoeira Grande, (posteriormente chamada de Cachoeira Paulista).

O Caminho dos Bandeirantes margeia o Rio Paraíba até Guaratinguetá e dessa vila segue até Piedade, e por fim Caixoeira Grande, a última vila da Capitania de São Paulo. O caminho prossegue atravessando a “Garganta do Embaú na Serra da Mantiqueira”, até chegar às ditas minas (FIG 07)

No século XVIII, os caminhos abertos pelos colonizadores junto com os indígenas formam uma malha viária de comunicação entre o sertão e o mar. O Caminho dos Bandeirantes é paralelo ao mar, entre as serras marítimas e da Mantiqueira, enquanto outros caminhos são abertos no sentido transversal, isto é, as vias de comunicação entre o sertão e o mar são perpendiculares a esses dois acidentes geográficos. Um dos caminhos que merece destaque é o que liga Guaratinguetá a Parati. Nesse caminho há, no início do século XVIII, três pequenos povoados (Campo Alegre, Facão⁹ e Boa Vista), e por decisão das autoridades eclesiásticas, em 1723, Facão é escolhido para receber a paróquia dessa região. Em 1785 é elevado a vila e fica conhecido como Nossa Senhora da Conceição de Cunha. (MÜLLER, 1969: 22)

⁹ Em alguns outros livros, como veremos posteriormente, alguns autores denominam essa área como Facam.

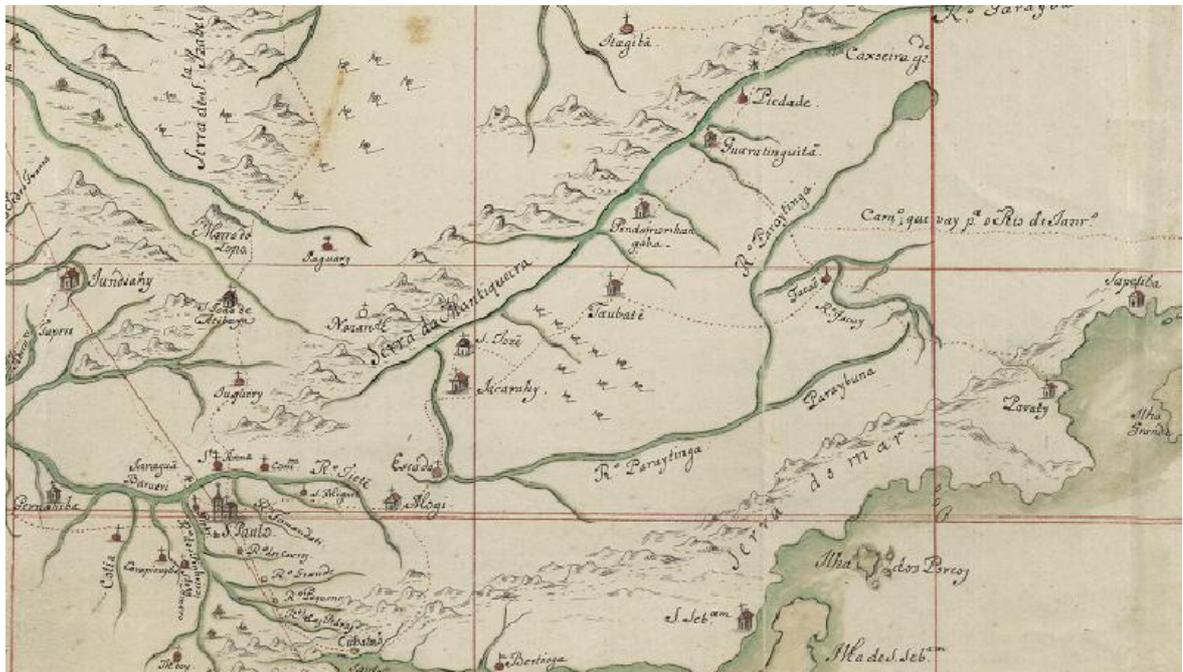


Fig 07: Coleção Morgado de Matheus. Detalhe Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17-- Francisco Tosi Columbina. Catalogação n° cart1033415 Fonte BN arquivo digital

“Do planalto, ligando-se com a estrada de São Paulo ia até Taubaté e daí as Minas, uma vai alcançar a porção do território, agora chamada ‘zona do alto Paraíba’, região do Rio Paraitinga: seguia até a ‘borda do campo de Facam’ (área de Cunha) onde um ramo dela, no lugar chamado ‘Encruzilhada’, preferia a direção de Ubatuba, enquanto o outro seguia também em direção rumo ao mar, rumo Parati. Este último se converte no principal, posto que era por esse porto que trafegavam os viajantes, o comércio e o ouro que descia das Minas para o Rio de Janeiro.” (TRINDADE, 1977:09)

Os núcleos de povoamento, vilas e freguesias do Vale do Paraíba são importantíssimos como apoio aos que trafegavam por esses caminhos. Cada vez mais a vida econômica desses núcleos está condicionada às vias de comunicação, formando uma rede de núcleos que abastecem com mantimentos e oferecem pousos aos tropeiros, viajantes e bandeirantes em seu intento às Minas. O próprio Saint-Hilaire descreve a urbanização de todo esse caminho e compara sempre as cidades paulistas com as mineiras. Em um trecho ele menciona:

“A Vila de Lorena fica situada a margem do Paraíba(...) As ruas que a compõe são muito menos largas que as das cidades e aldeias da Capitania de Minas. As casas são apertadas umas às outras. Em geral, não são caiadas, e pequenas, apenas tem um pavimento; mas são bem tratadas e o seu exterior apresenta um ar de asseio que agrada.” (SAINT-HILAIRE, 1974:71)

Esses núcleos, vilas e freguesias possuem construções simples que são uma característica das vilas paulistas. A exceção é justamente a Vila de Taubaté. As casas são pequenas e próximas umas das outras, verifica se também que a maioria das fachadas é caiada e com um pequeno quintal. (SAINT- HILAIRE, 1974:77)

Tão logo se alcançava a Capitania de Minas Gerais, a primeira cidade do Caminho dos Bandeirantes é Passa Quatro. Esta cidade é a sede, assim como Taubaté, de mais um Registro: Registro da Mantiqueira.

“O Registro da Mantiqueira foi colocado mesmo na raiz da serra e compõem-se da casa da barreira, ocupada pela repartição e dum rancho, no qual fica a balança onde se pesavam as mercadorias vindas do Rio de Janeiro.” (SAINT-HILAIRE, 1974:66)

Desse ponto, segue até cidade de Pouso Alto, até a cidade de Campanha e dessa a São João Del Rei. Essa cidade foi, no início do século XVIII, o palco da Guerra dos Emboabas, que citaremos posteriormente.

1.2. OS CAMINHOS DO VALE FLUMINENSE

O Rio de Janeiro só tem acesso ao Vale do Paraíba, no século XVII e XVIII, por Parati. Augusto da Silva Telles (2006) aponta que saindo do Rio de Janeiro, o colonizador viaja por mar até a cidade de Parati. Deste ponto, sobe a Serra do Mar para atingir a região da Serra do Facão, em Cunha. Percorre o Vale do Paraíba no sentido da Vila de Guaratinguetá e a partir daí o colono segue margeando o rio até São Paulo ou parte no sentido da Serra da Mantiqueira, passando pela garganta do Embaú até alcançar Minas Gerais. (FIG 08)

Nesse período a faixa correspondente ao Vale do Paraíba fluminense ainda é constituída de matas virgens, apenas habitadas por povos indígenas nômades. A densa floresta, a presença indígena e a barreira natural fornecida pela serra mantêm os assentamentos dos colonos num primeiro momento na faixa do litoral fluminense. Outro ponto a ser observado é a largura do litoral fluminense que, diferentemente do litoral paulista, possui uma extensa área de terra. Esses fatores proporcionam ao colonizador fluminense se fixar nessa porção litorânea do território. Os assentamentos só vão ocorrer no trecho do Vale do Paraíba Fluminense a partir do século XVII e XVIII, quando são distribuídas as primeiras sesmarias da região



Fig 08: Coleção Morgado de Matheus. Detalhe da cartografia “Mappa da capitania de S. Paulo” da Coleção Morgado de Matheus, BN, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17—“ Francisco Tosi Columbina. Catalogação nº cart1033415 Fonte BN arquivo digital. Neste detalhe já aparece um noutro caminho que segue para o Rio de Janeiro

para a inserção da agricultura. A paisagem fluminense pouco muda até o século XIX, quando Saint – Hilaire, passando pelo Vale do Paraíba fluminense descreve:

“Florestas virgens, tão antigas quanto o mundo, ostentam sua majestade às portas da capital brasileira a contrastarem com o trabalho humano” (SAINT-HILAIRE, 1974:14)

O mesmo autor posteriormente cita as precariedades dos caminhos já próximos ao Rio de Janeiro.

“Será concebível que, a 18 léguas de uma capital populosa, e em estrada bastante freqüentada, fique alguém preso, um dia inteiro quando chove? E isto porque a administração se descuida de fazer um calçamento que, provavelmente, não teria trinta pés?

Está o Brasil cortado por uma infinidade de caminhos que se consertam muito pouco e muito mal, e sobretudo nas vizinhanças do Rio de Janeiro. Assim, num país em que seria tão importante favorecer o comércio, tornam-no extremamente dificultoso. Ninguém se ocupa, de modo algum, em fazer as estradas transitáveis e cobraram-se impostos altos à passagem dos rios, onze pacatas até por um passaporte e assim por diante. Apesar de a enchente do ribeirão, várias tropas vindas de Minas e S. Paulo, continuaram a caminhar, carregadas de toucinho e fumo” (SAINT-HILAIRE, 1974: 109)

Outro caminho utilizado no século XVIII parte da planície de Santa Cruz no Rio de Janeiro que segue até Itaguaí. Telles (2006) aponta que após passar a Serra do Mar, os colonizadores têm dois caminhos a seguir. O primeiro atravessa os arraiais de São João Marcos e Bananal atingindo o “Caminho Novo da Piedade” e deste ponto até o “Caminho dos Bandeirantes” no sentido de Guaratinguetá. O segundo atravessa os mesmos arraiais, porém segue em sentido do Rio Paraíba, já na região do vale fluminense onde surgem posteriormente as cidades de Resende e Barra Mansa (TELLES, 2006:19). No Estado fluminense há mais dois caminhos importantes. O Caminho do Comércio e o Caminho da Polícia. Segundo Stanley J. Stein (1964) essas duas vias são abertas já no século XIX com a finalidade de escoar a produção agrícola de duas cidades: Valença e Vassouras (FIG 09).

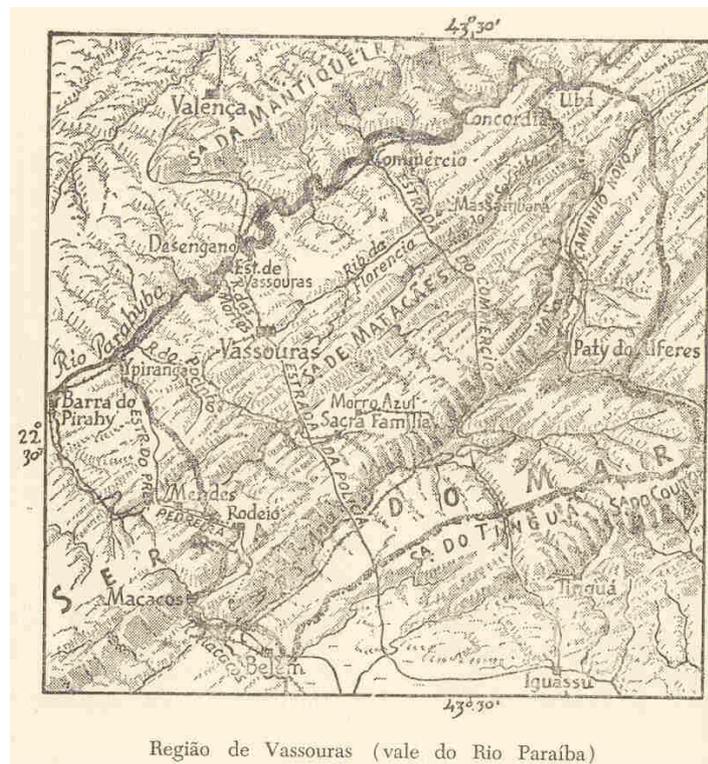


Fig 09: Mapa (pg 02) copilado do livro "Grandeza e decadência do café" Stanley J. Stein (1964).

Em 1813, partindo do norte do Rio Paraíba e beirando o mesmo, tem-se a Estrada do Comércio que adentra a cidade de Vassouras pela cidade do Comércio. Já em 1820 é inaugurada a Estrada da Polícia que transpõe o Rio Paraíba em Desengano, atravessa a cidade de Vassouras e desce a serra, próximo a região da Sacra Família. O Caminho da Polícia transpõe a Serra do Mar, atingindo a cidade de Iguassu, já na Capitania do Rio de Janeiro. (STEIN, 1961: 11). Saint-Hilaire também descreve o Caminho do Comércio¹⁰ como um terreno montanhoso coberto de mata virgem.

“ Nada de notável na estrada. (...) As grandes árvores foram cortadas à beira do caminho e a vegetação das capoeiras as substitui.(...)”

Ao cabo de algumas horas cheguei às margens do Paraíba, que aqui tem, mais ou menos, a mesma largura do que no lugar, em que atravessamos, perto de Ubá. Corre o rio, majestosamente, num vale circundado de altas montanhas cobertas de mata virgem” (SAINT-HILAIRE, 1974:21)

1.3. OS BANDEIRANTES E A GUERRA DOS EMBOABAS: NOVOS CAMINHOS

Tão logo os Bandeirantes paulistas ocupam as terras e margens dos rios da Capitania de Minas em busca de riqueza, outros povoadores chegam ao local. São pessoas vindas do nordeste brasileiro, do Rio de Janeiro e também de Portugal, que trazem um conhecimento tecnológico mais avançado se comparado às técnicas utilizadas pelos Bandeirantes para a extração do ouro. Esses imigrantes ficam conhecidos pelos Bandeirantes como emboabas. Ocorre que os administradores e representantes da Coroa Portuguesa no Brasil consideram os paulistas um povo desqualificado. Os Bandeirantes paulistas reivindicando a posse e a propriedade das terras descobertas, levantam-se em guerra contra os “invasores”. Essa disputa no início do século XVIII, fica conhecida como Guerra dos Emboabas. Tem como cenário as margens do Rio das Mortes e a cidade de São João Del Rei

¹⁰ A fim de esclarecer uma pequena confusão que pode haver, em relação aos nomes dos caminhos: o próprio Saint-Hilaire descreve que o Caminho do Comércio também é conhecido como Caminho Novo ou Estrada Nova. Entretanto, analisando o mapa da página 02 do livro “Grandeza e decadência do Café” de Stanley J. Stein vemos que o Caminho do Comércio atinge o Rio Paraíba do Sul pela cidade de Comércio enquanto o Caminho Novo da Piedade atravessa o mesmo rio na altura de Ubá.

Apesar de haver um claro interesse político e econômico da Coroa Portuguesa no controle da região aurífera, temos que destacar a preocupação dos próprios membros da administração portuguesa mediante o descobrimento do ouro e o conseqüente conflito. Os administradores acreditam que com a descoberta do ouro e a migração maciça do litoral para região aurífera há o risco de desguarnecer a costa brasileira. Com isso, outros povos como espanhóis, franceses etc., podem invadir o território brasileiro. Ao mesmo tempo, o conflito entre os Bandeirantes e os emboabas também fragiliza as bases políticas e militares da colônia. Há, portanto, a necessidade de uma rápida solução e posicionamento da Coroa Portuguesa a fim de resolver esse entrave. O então Conselho Ultramarino toma partido em favor dos emboabas, considerando os paulistas vilões dessa história. (SOUZA, 2006: 84) Os paulistas perdem essa guerra e a Coroa Portuguesa cria uma série de leis que tentam restringir o acesso dos paulistas às minas de ouro, dentre elas citamos duas: a proibição do antigo Caminho dos Bandeirantes que liga Taubaté às minas, e a criação em 1709 da Capitania Conjunta de São Paulo e Minas do Ouro, em que o porto de Santos fica sujeito ao Rio de Janeiro. Conseqüentemente a Capitania de São Paulo conhece um grande período de ostracismo econômico e comercial que acaba apenas no fim do século XVIII, com o governo de Morgado de Mateus.

Segundo Trindade (1977) com a publicação da Provisão Régia de 1748 a Coroa Portuguesa faz com que a Capitania de São Paulo perca sua autonomia e torne-se simplesmente uma Comarca do Rio de Janeiro. Algumas medidas políticas anteriores, datadas de 1738, restringem as rotas para Santa Catarina, Rio Grande e Goiás. Obviamente, outros caminhos clandestinos são abertos pelos paulistas na tentativa de alcançar as minas de ouro, mas com muito pouco sucesso.

O movimento Bandeirista surge na Capitania de São Paulo alheio às vontades da Coroa Portuguesa. Contudo, após o descobrimento de ouro e pedras preciosas, a Coroa trata logo de se posicionar como Metrópole. O escoamento da produção de ouro faz-se em um trajeto com dois trechos complementares: o primeiro via terrestre pelo Caminho dos Bandeirantes. O ouro sai de Minas Gerais, segue pela garganta do Embaú até atingir a Vila de Guaratinguetá. Deste ponto atravessa a Serra do Facão até a cidade de Parati. O segundo trecho é percorrido por via

marítima, desta última cidade até o Rio de Janeiro. Mesmo sendo a única ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, esse é um caminho perigoso e longo, o que dificulta o escoamento da produção de ouro¹¹. Em função disso há a necessidade de uma ligação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A Coroa Portuguesa concede a Garcia Rodrigues Paes em 1698 uma sesmaria, além da licença para abertura de estrada que ligasse diretamente o Vale às Minas. Outras sesmarias também são distribuídas e essa estrada fica conhecida como Caminho Novo da Piedade (TELLES: 2006, 31). Afonso de E. Taunay também cita em um trecho as causas que levaram à abertura do Caminho Novo.

“(...) Sertão de Cataguazes, nome que os primeiros anos tiveram as chamadas Minas Gerais pela extensão que depois se foram descobrindo e que também pelo tempo adiante se lhes foi acomodando o nome do sítio de seu descobrimento e como a riqueza lhes animasse ao comércio e este se fazia com risco do Rio de Janeiro por mar para Parati e desta vila com trabalho de subir a Serra e meter-se nesta estrada, se determinou abrir caminho em direitura das ditas minas, ao Rio de Janeiro como de próximo se tinha executado, o qual se distinguiu com o nome de Caminho Novo deste antigo que ficou sendo o caminho velho” (TAUNAY, 1981:99)

Entretanto, o livro de Píndaro de Carvalho Rodrigues (1980) apresenta uma outra versão à abertura do Caminho Novo. Em ambas as fontes os motivos que levam à abertura do Caminho Novo são idênticos, porém com versões e personagens distintos. Em 1725 o então Governador-Geral da Capitania de São Paulo, Rodrigo César Meneses anuncia ao Governo Colonial a abertura de um “caminho novo” que partindo da freguesia de Hepacaré (região de Guaratinguetá) segue até a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Este caminho atravessa a Serra da Bocaina, e segue em direção a São João Marcos. Deste ponto desce a Serra do Mar até atingir a Real Fazenda. Contudo em 1776, essa estrada foi substituída por outra, cujo traçado mais curto oferecia vantagens no tráfego. Com

¹¹ Rodrigues (1980) no seu livro “Caminho Novo: povoadores de Bananal” transcreve um trecho do ofício de José Joaquim Machado de Oliveira ao governador do estado de São Paulo apontando os riscos da pirataria no litoral brasileiro.

essa descrição e os três mapas abaixo datados dos séculos XVIII e XIX, reconstituímos os dois caminhos descritos. (FIG 10, 11 e 12).

No primeiro mapa (FIG 10) não há uma data precisa, apenas a indicação do século XVIII. Já podemos perceber um caminho que segue da altura do Rio Paraitinga e próximo a Guaratinguetá, no sentido do Rio de Janeiro. No próprio mapa está descrito “*Cam^o que vay p^a o Rio de Jan^o”¹². Ao longo dessa via não há descrição de núcleos de povoamento, vilas ou freguesias. O segundo mapa (FIG11) data de 1791-1792. Este mesmo caminho já aparece denominado “Caminho das Boiadas” praticamente seguindo o mesmo trajeto do anterior, que saindo de Guaratinguetá chega à Vila de São João Marcos já na capitania fluminense. Neste mapa ao longo do Caminho das Boiadas também não há sinais de urbanização, o que nos leva a crer que esse caminho serve de transporte de mercadorias, sendo, porém, pouco utilizado. Logo acima do Caminho das Boiadas vemos descrito “Caminho para o Rio de Janeiro”, o qual parte da Vila de Lorena até a região da Vila de São João Marcos. Este último fica conhecido como Caminho Novo da Piedade. Portanto, as observações de Augusto da Silva Telles e Píndaro Rodrigues são complementares. A sesmaria que é concedida a Garcia Rodrigues Paes em 1698 provavelmente dá origem a dois caminhos distintos: um aberto na primeira metade do século XVIII que liga a freguesia de Hepacaré à Real Fazenda de Santa Cruz; e um outro, substituindo o primeiro, e mais curto, ligando a freguesia de Piedade ao Rio de Janeiro, sendo que ambos passam pela Vila de São João Marcos¹³. Ao longo desse Caminho Novo da Piedade, em função do movimento intenso de tropeiros, alguns povoados vão se formando, que posteriormente chegam as condições de vilas e arraiais. Um desses povoados com origem no patrimônio religioso é o de Bom Jesus do Livramento, fundado em 1783, que posteriormente é conhecido como Bananal.*

¹² Caminho que vai para o Rio de Janeiro.

¹³ Vide informações de Saint-Hilaire no seu diário de viagem de 1822.



Fig 10: Coleção Morgado de Matheus. Detalhe da cartografia “Mappa da capitania de S. Paulo” da Coleção Morgado de Matheus, BN, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o 17—“ Francisco Tosi Columbina. Catalogação nº cart1033415 Fonte BN arquivo digital.

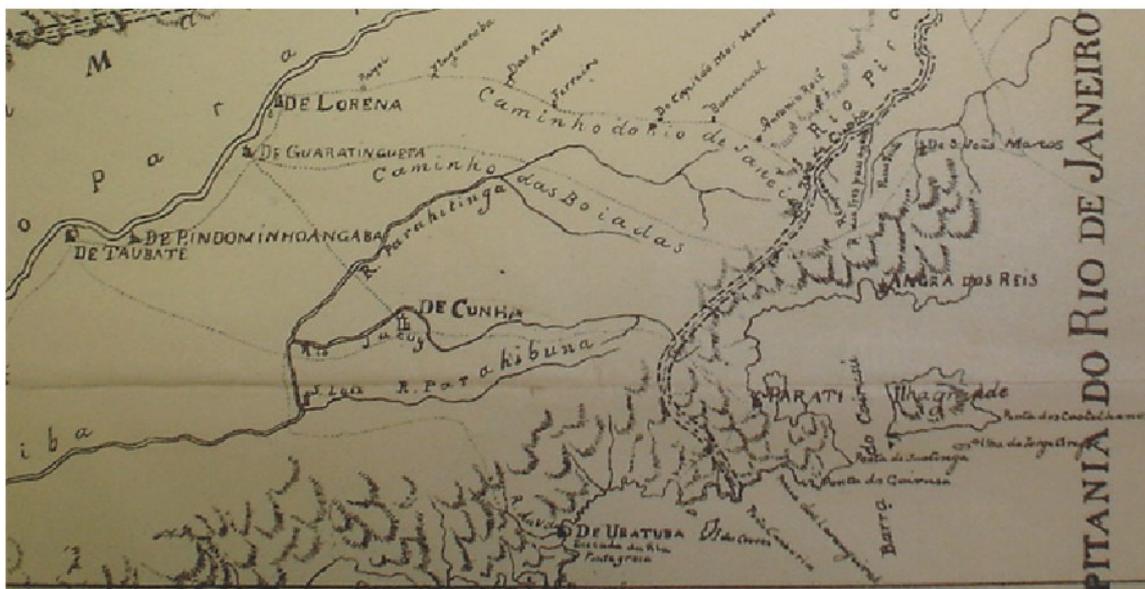


Fig 11: Detalhe do Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo. 1791-1792. Fonte: Collectanea de Mappas da Cartographia Antiga da Capitania de São Paulo- 1922. Acervo Biblioteca FAU USP: Obras Raras

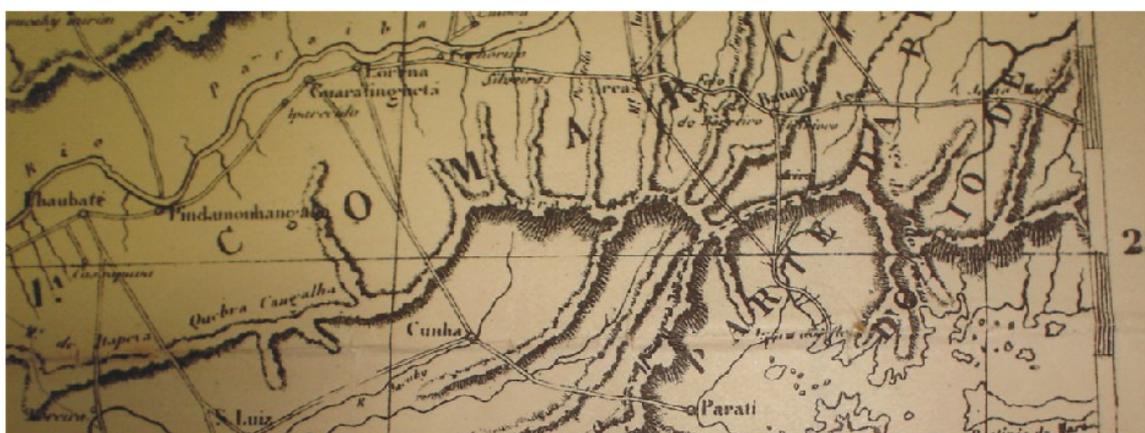


Fig 12: Detalhe do Mappa Corographico da Província de São Paulo. 1837. Fonte: Collectanea de Mappas da Cartographia Antiga da Capitania de São Paulo- 1922. Acervo Biblioteca FAU USP: Obras Raras

O interessante é perceber que no terceiro mapa (FIG 12) datado de 1837, já não aparece o “Caminho das Boiadas”, apenas o “Caminho Novo da Piedade”, levando à hipótese de que não há tráfego significativo como nos outros caminhos. Nesta época o café já é a principal fonte de renda do Vale do Paraíba. É ao longo do “Caminho Novo da Piedade” que os homens mais ricos da região de Minas Gerais estabelecem suas propriedades após o declínio do ouro. Esse novo vetor de expansão territorial tem, no século XIX, uma grande importância para o escoamento da produção cafeeira. Neste último mapa já é possível perceber o grande número de vias de comunicação, sendo que Bananal também se torna um ponto de ligação entre o litoral fluminense, e o Vale do Paraíba.

O mais importante é compreender as consequências ocorridas com essa abertura de vias. Há uma mudança significativa de eixo econômico do século XVIII, que dá suporte até mesmo para as ações do ciclo cafeeiro no século XIX. Com a abertura do Caminho Novo da Piedade, Minas Gerais agora tem uma ligação direta com a cidade do Rio de Janeiro, que torna o Estado fluminense tão importante a ponto de abrigar, na segunda metade do século XVIII, a nova capital do Brasil Colônia.

No século XIX, esses caminhos do Vale do Paraíba já são devidamente constituídos e com um intenso tráfego de tropeiros. Após o declínio da produção de ouro em Minas Gerais os caminhos continuam a ser utilizados para o escoamento da produção do açúcar e café do Vale do Paraíba. Com o fim do ciclo do ouro, há um novo movimento migratório inverso. Desta vez, a população das cidades mineira volta-se às vilas e freguesias do Vale do Paraíba. Muitas delas se estabelecem nas propriedades ao longo do Caminho Novo da Piedade ou no antigo Caminho dos Bandeirantes. De fato, a primeira via recebe um maior número de pessoas, e conseqüentemente com um maior poder aquisitivo. É o dinheiro proveniente do ciclo do ouro que financia as novas ações na agricultura, primeiramente na cana-de-açúcar e depois no cultivo do café.

O importante é salientar a relação existente entre os deslocamentos populacionais vinculados à abertura de novas vias, em função das mudanças dos centros econômicos. A primeira ocupação do território paulista ocorre no litoral no

século XVI. Como vimos, em busca de terras mais propícias à agricultura, ainda no primeiro século, os colonizadores que saem do litoral galgam a Serra do Mar e encontram no planalto melhores condições de sobrevivência. Há uma migração do litoral ao planalto. Posteriormente, os Bandeirantes Paulistas adentram os sertões a fim de escravizar índios e buscar novas terras. Quando no século XVIII encontram ouro e pedras preciosas nas margens dos rios e principalmente no Sertão de Cataguases (atual Estado de Minas Gerais) há um novo movimento migratório. O ouro atrai pessoas de todo país para a região das minas. Com a Guerra dos Emboabas no século XVII e a proibição por parte da Coroa Portuguesa de circulação dos Bandeirantes nas vias abertas por eles a Capitania Paulista entra em um período de ostracismo. Entretanto, para escoar a produção, faz-se necessário a abertura de um novo caminho, que ligasse as minas diretamente com o Rio de Janeiro. Este ficou conhecido como Caminho Novo da Piedade. Com essa mudança de eixo econômico há uma nova migração que se intensifica no declínio do ciclo do ouro e na valorização economia cafeeira no século XIX. Ao longo de todas essas vias, núcleos de povoamento, vilas e freguesias são fundadas, e servem de apoio aos que por elas trafegavam, portanto há uma intensificação do comércio nessas vias. No capítulo seguinte estudaremos as ações da Coroa Portuguesa para a ocupação e proteção do território brasileiro e como essas ações influenciaram na fundação de novos núcleos de povoamento, vilas e arraiais.

“A utilização do espaço público brasileiro revela de maneira candente sua lenta mas progressiva laicização. De um lado os acontecimentos preponderantes ao longo de séculos – direta ou indiretamente de cunho religiosa – foram perdendo sua participação relativa na vida comum ou se transformando em algo cada vez mais mundano. De outro, as atividades eminentemente laicas, tão pobres e acanhadas de início, foram ganhando corpo até superarem as outras e se tornarem dominantes..” (MARX, 2003: 59)

2. TERRITÓRIO, RELIGIÃO E PODER NO BRASIL COLÔNIA.

A questão fundiária no Brasil colônia está diretamente relacionada às ações impositivas da Coroa Portuguesa e da Igreja, com fins de conquista, dominação e ocupação do território. Por sua vez, essas ações influenciam a morfologia urbana das vilas e cidades no Brasil colônia. É fato que muitas ações de ambas as instituições são conjuntas e praticamente se confundem, pois estabelecem relações anteriores a 1500, e trabalham juntas em diversos níveis de empreendimentos. Essa aliança histórica nem sempre significou harmonia entre as partes. Mesmo em tempos de crises, como no período das reformas pombalinas, ou no processo de independência do Brasil, a relação de interdependência entre a Coroa Portuguesa e a Igreja pouco se modificou, ainda que tenha tomado outros contornos (WERNET, 2004:191).

Especificamente na Capitania de São Paulo, a questão fundiária começa a tomar importância em função do ciclo do ouro em Minas Gerais. Nesse período, a capitania paulista passa por um ostracismo econômico muito grande, com núcleos de povoamento dispersos. Sendo assim, essa capitania é um território vulnerável a invasões de outros povos como, por exemplo, o povo espanhol. Nesse contexto, o governo de Morgado de Mateus tem como prioridade a reestruturação da capitania, que de certa forma não deixa de ser uma ação conjunta entre a Coroa Portuguesa e a Igreja. Essa relação de poder da Coroa com a Igreja é para ambas as partes uma conveniência, principalmente no caso do Brasil, criando uma elite dominante. (WEIMER, 2005: XXIII).

Esse capítulo versa exatamente sobre essa relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja e, buscando compreender quais foram as conseqüências dessa aliança, destaca a ocorrência desse fato no Vale do Paraíba.

2.1. QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL COLÔNIA.

Com respeito à atuação conjunta entre os dois poderes citados acima, a Igreja concede aos monarcas católicos portugueses grandes privilégios através do Padroado, além do título de Grão Mestre da Ordem de Cristo¹. É passível de compreensão, portanto, que a expansão marítima portuguesa - além do caráter político e econômico - é essencialmente cristã, sendo o evangelho uma grande arma para a conquista de novos territórios através da fé (WERNET 2004: 191).

Considerando a necessidade de ocupação territorial e o controle dessa nova terra pela Coroa Portuguesa, o Tratado de Tordesilhas (1494) já delimita as terras portuguesas e espanholas na América, sendo que a Portugal cabe o direito da faixa litorânea. A divisão do litoral brasileiro em capitânicas hereditárias, concedida pela Coroa Portuguesa aos capitães-mores, é a primeira forma fundiária na colônia. As capitânicas hereditárias são instituídas e concedidas pela Coroa Portuguesa através de cartas de doação e regulamentada pelos forais. O controle político e militar das capitânicas é realizado pelos capitães-mores - figuras representativas da Coroa na América - que ao receberem essas capitânicas tornam-se delegados lusitanos possuidores de amplos poderes sobre aquela faixa de terra, contudo com algumas obrigações a cumprir, dentre as quais a concessão de terras (para induzir o povoamento) e a criação de vilas (MARX 1991: 32). Esta última é um eficaz instrumento de dominação e demarcação territorial dos portugueses nas suas conquistas.

“(...) a habitação em cidade é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida que se opõe a natureza. Para muitas nações conquistadoras a construção das cidades foi o mais

¹ Murilo Marx(1991) também informa que a Ordem de Cristo tem caráter militar-religioso e tem o rei português como grão-mestre.(pg 31)

decisivo instrumento de dominação que conheceram.
(HOLANDA, 2006: 95)

Portanto os capitães-mores têm o direito de subdividir as terras conforme critérios pré-estabelecidos pelas Ordenações do Reino. Desta forma surge o sistema de sesmarias, que é o fracionamento dessas capitânicas. Segundo Murilo Marx (1991) tanto a concessão de capitânicas hereditárias como as sesmarias são gratuitas, porém com exigências da Coroa Portuguesa e, ainda, no caso das sesmarias, há o recolhimento de um dízimo à Ordem de Cristo.

Os sesmeiros, obrigatoriamente cidadãos cristãos², devem explorar as terras em um prazo pré-estabelecido pela Coroa, *“sob o risco de perdê-las ou de voltarem às mãos do Estado para nova distribuição”*³ (MARX, 1991: 34). Os sesmeiros são os primeiros urbanizadores da nova terra, com isso, a distribuição de terras no Brasil está, desde o início, nas mãos de poucos.

Os sesmeiros ou um grupo de sesmeiros vizinhos, geralmente, constituem patrimônios, isto é, concedem uma porção de terras àqueles menos abastados que desejassem morar de maneira agregada. Assim, os sesmeiros podem obter proveito de instalações produtivas e consumidoras próximas, estabelecendo uma relação de trabalho ou de troca. Isso altera, paulatinamente, a paisagem fazendo desabrochar núcleos de povoamento (MARX 1991: 38). Por vezes algumas concessões de terras são doadas para a construção de alguma capela ou ermida que caracteriza o patrimônio religioso. Sendo assim, além da Coroa Portuguesa, a Igreja tem um importante papel na configuração da paisagem urbana e principalmente no que diz respeito à formação de núcleos de povoamento.

A urbanização do Vale do Paraíba possui inúmeros exemplos de núcleos de povoamento que surgiram a partir do patrimônio religioso e nos caminhos abertos pelos colonos, dentre os quais podemos citar: Tremembé (1642), Lorena (1705), Bananal (1783).

² Murilo Marx (1991) transcreve um trecho do foral de concessão de terras que diz “o capitam da dita capitania e seus sobcessores daram e repartyram todas as terras della de sesmarya a quaesquer pessoas de qualquer calidade que sejam contanto que sejam christãos”.(pg 33).

³ Um caso em que as terras doadas voltaram à possessão da Coroa Portuguesa é a Capitania da Paraíba, no nordeste brasileiro. Segundo Alberto Souza e Helena de Cássia Nogueira (2006) *“A Paraíba não fora colonizada pelo seu donatário e por isso voltou ao domínio da Coroa Portuguesa, mas essa não se interessou de povoá-la de imediato.”*

2.2.O CENTRO: TERRITÓRIO DO PODER

2.2.1. O PODER COROA

Iniciamos essa parte do nosso estudo apontando uma questão contemporânea elaborada por Flávio Villaça (2003). Quem surge primeiro: a cidade ou o centro? De fato, o próprio autor conclui que os dois surgem juntos, um como consequência do outro, pois o centro de uma cidade só se constitui quando a própria cidade se constituir. Mas a constituição do centro depende essencialmente de duas características em comum. A primeira refere-se à acessibilidade. O centro deve ter uma infra-estrutura básica do sistema viário que atenda às necessidades da população. A segunda característica versa sobre a implantação de instituições de interesse coletivo, público ou privado como consequência dessa acessibilidade. (VILLAÇA 2003: 23).

Considerando os núcleos urbanos coloniais, e no nosso estudo especificamente os situados no Vale do Paraíba, as questões de acessibilidade e implantação de instituições de interesse público ou privado têm que ser colocadas em outra categoria de análise. Como vimos no capítulo anterior, a acessibilidade no Vale do Paraíba está diretamente relacionada com os leitos dos rios e os caminhos abertos a partir de antigas trilhas indígenas. Além disso, os núcleos urbanos são formados quando os colonos se fixam em uma determinada terra, seja para implantar a agricultura de subsistência, seja em busca de riquezas minerais, criando diversos pousos que servem de abrigos a outros colonos, e viajantes. Nesse período, não podemos dizer que já existe um centro constituído, mesmo afirmando que há um núcleo de povoação. Sendo assim, no contexto histórico, o que de alguma forma pode caracterizar um centro é a presença de uma capela ou ermida, ou construções que atraem pessoas para a oração. Como nem todos os núcleos de povoamento possuem alguma capela ou ermida, em muitas residências rurais destinadas a pousos encontramos um recinto para acomodar os viajantes e outro para as orações e missas⁴, isto é, a vida religiosa muitas vezes acontece na própria residência.

⁴ No livro de Luís Saia, “Morada Paulista”, o autor apresenta alguns exemplares dessa tipologia de construção rural, entre os quais destacamos, Sítio Mandu, o Sítio do Padre Inácio entre outros.

Segundo Villaça (2003) a produção do espaço urbano brasileiro não tem muita força como instituição do poder da Coroa Portuguesa sobre a colônia, principalmente nos três primeiros séculos, graças a uma herança do pobre urbanismo português. Somente no século XIX há uma definição para constituição do espaço urbano, e posteriormente no século XX há a aplicação de uma legislação urbanística (pg 27). Entretanto, Rafael Moreira (1998) aponta que Portugal, desde suas raízes medievais, tem a consciência do “*saber fazer cidade*” (pg 01). Mas esse conhecimento deriva muito mais da prática do trabalho no terreno natural do que no “gabinete”⁵. Em Portugal Medieval surge o ofício de arruador – aquele que traça as ruas da cidade. Esse ofício é trazido pelos colonizadores e são os arruadores os responsáveis pela demarcação territorial que constitui o núcleo urbano.

De fato a atuação de poder da Coroa Portuguesa sobre a colônia inicia-se em 1500. Contudo, apenas na década de 1530 há uma intensificação dessa atuação, principalmente na questão rural. A família rural ou semi-rural, constituída ora por pessoas casadas vindas de Portugal, ora por famílias já formadas no território brasileiro - resultado da união entre colonos e mulheres indígenas ou órfãs que são obrigadas a virem de Portugal pelos padres casamenteiros - forma a base da sociedade brasileira. Vista como unidade ou até instituição, a família rural tem uma atividade grandiosa que pode ser apenas comparada aos padres jesuítas. (FREYRE, 2005: 80, 85)

Sendo assim, as observações de Flávio Villaça e Gilberto Freyre são complementares. Inicialmente, a posição política da Coroa Portuguesa sobre a colônia, nos dois primeiros séculos, é baseada no aumento da densidade populacional e na conquista de novas terras, a fim de ocupar o território brasileiro. Fortificações são erguidas e núcleos urbanos são constituídos, principalmente na faixa litorânea.

“Onde há cidade há fortificação, o conteúdo e o continente (mesmo que a muitos kms. de distância, ou controlando nós de comunicação), o braço armado da população ou vice-versa. O papel dos engenheiros militares foi instrumental no desenho das cidades.” (MOREIRA, 1998:02)

⁵ Expressão usada pelo próprio autor (pg 01) no sentido de que a prática é maior do que o trabalho projetual.

No caso da capitania de São Paulo, somente com a descoberta das minas de ouro no Sertão dos Cataguases é que a Coroa Portuguesa posiciona-se como Metrópole, expulsando os Bandeirantes paulistas e tomando o controle da região.⁶

Outra demonstração de poder da Coroa Portuguesa é a casa de Registro e Moeda. Segundo Murilo Marx (1980) o Registro são postos arrecadadores e controladores da riqueza do país, que acompanham rigorosamente o fluxo econômico do Brasil Colônia (MARX, 1980: 81)⁷. Restam poucos exemplares dessas edificações no Brasil. Especificamente no Vale do Paraíba, há um exemplar na cidade mineira de Passa Quatro, que também foi descrito por Saint-Hilaire na sua viagem ao país em 1822.

2.2.2 O PODER DA IGREJA

A importância de um núcleo urbano está diretamente relacionada à importância que tem o patrimônio religioso do local. Como dissemos anteriormente, a construção de uma capela ou ermida faz com que haja um fluxo populacional constante de colonos para orar. Os núcleos urbanos, formados a partir do patrimônio religioso, delimitam sempre um arraial. Entretanto é necessária a oficialização dessa ermida ou capela pela Igreja para constituição do arraial, tornando a construção sacra curada pela Igreja, isto é, visitada regularmente por um padre ou vigário (MARX, 1991: 19).

Com o tempo, e com a sua importância no cenário econômico, o arraial torna-se freguesia. O comércio, a vida social e, principalmente, a significativa influência que o espaço sacro (ermida ou capela) detém sobre uma região, a elevará à condição de paróquia ou freguesia (MARX, 1991: 18). No caso dos núcleos urbanos do Vale do Paraíba, a elevação à categoria de freguesia, de uma forma geral, ocorre devido ao intenso tráfego de viajantes e tropeiros que passam pelos núcleos. Essa movimentação proporciona uma intensificação do comércio, principalmente de

⁶ Vide capítulo 2.

⁷ Podemos citar dois registros importantes do Brasil. Um estava localizado na cidade mineira de Passa Quatro e outro na cidade de Taubaté em São Paulo.

produtos agrícolas que servem para o abastecimento dos transeuntes⁸. As freguesias têm suas decisões políticas e administrativas ligadas a uma vila ou cidade, e somente depois de alcançar a sua própria autonomia econômica, a freguesia eleva-se à categoria de Vila, garantindo ao núcleo urbano o reconhecimento de nova importância no contexto colonial. De uma forma geral, a freguesia é elevada a Vila quando há a intensificação, mesmo que esparsa, de construções em torno de uma capela. Esse adensamento caracteriza o aumento substancial da população e um aumento na economia local, suficiente para que os habitantes pleiteiem a autonomia política e administrativa (MARX, 1991: 62).

É na vila que surge a Casa de Câmara e Cadeia com o Pelourinho, junto a Igreja Matriz e seu adro. Esses elementos constituem o poder da Igreja e da Coroa Portuguesa sobre aquele território. Com a passagem da vila para o status de cidade a Igreja Matriz torna-se Catedral.

Em outra obra, segundo Murilo Marx (2003) os lugares sagrados são espaços delimitados pelas ordens canônicas (pg 110). Quando o surgimento do núcleo urbano não está vinculado ao patrimônio religioso, a Igreja se apropria de locais privilegiados com topografia elevada para constituição de suas sedes⁹. Com isso, em qualquer ponto da região geográfica pode-se distinguir na paisagem a construção sacra. Outro artifício usado pela Igreja, apontado por Murilo Marx e Sérgio Buarque de Holanda, é a constituição do adro logo em frente à construção sacra. Esse espaço que caracteriza a maioria das cidades coloniais também é considerado sagrado, como sendo uma extensão da própria Igreja. Os adros auxiliam na organização territorial do núcleo urbano, estabelecendo a partir deles a trama viária e a significação maior ou menor das parcelas de lotes urbanos (MARX, 2003: 110).

Os adros são espaços público de convívio e uso comum, importantes para a Igreja e para o Estado. Nesses espaços são realizadas festas e procissões com influência da cultura portuguesa. Ao descrever a procissão de Corpus Christi no Brasil, José Ramos Tinhorão (2000) aponta que todas as referências às festas,

⁸ É possível essa constatação graças às anotações nos cadernos dos viajantes, como Sant-Hilaire.

⁹ É o caso da cidade de Salvador

incluindo as danças e até a procissão, são trazidas de Portugal. De uma maneira geral, as festas são a mais clara afirmação da aliança entre Coroa Portuguesa e Igreja. Um evento sacro e ao mesmo tempo laico, as Festas permitiam momentos de lazer e fantasia a todos da sociedade, incluindo negros, índios e até as crianças (PRIORE, 2000: 49). A Igreja encontra nas festas uma forma de permanecer na vida dos cidadãos além de importante fonte de renda, enquanto para a Coroa é o momento de sua autopromoção.

Nesse contexto, sabemos também que a música é outro instrumento de dominação, principalmente dos jesuítas sobre os índios, com o poder de criar e consolidar uma nova organização religiosa e social, em outra ação conjunta entre esses poderes, ao mesmo tempo em que é um incremento na realização das festas públicas (MORAES, 2004: 585). Aliás, são os próprios jesuítas que vislumbram a festa como um espetáculo teatral, acrescentando aos eventos fogos, sons figuras fantasiadas etc. (PRIORE, 2000: 31).

Paulatinamente os espaços sacros vão se transformando em espaços laicos. De fato, essa secularização trabalhada por Murilo Marx (2003) ocorre já na metade do século XIX, período em que o Brasil torna-se Império. Com o enriquecimento dos proprietários de terras, principalmente no período do Ciclo do ouro e posteriormente no período cafeeiro, há a separação parcial entre o Estado e a Igreja e conseqüentemente o fortalecimento das instituições civis. Essa transformação no cenário político e administrativo é de extrema importância para compreender o poder vinculado tanto da Igreja como da Coroa Portuguesa pós-separação¹⁰. Com o advento da cultura cafeeira a Igreja altera suas estratégias e faz suas alianças com a elite agrária, que juntas formam as Irmandades e são incumbidas de promover os eventos e festas religiosas¹¹ (TOLEDO, 1996:20).

¹⁰ Importante lembrar que não são rupturas e separações definitivas entre Coroa Portuguesa e Igreja.

¹¹ Marcelo Henrique Santos Toledo (1996) no seu estudo sobre São Luís do Paraitinga ainda menciona que a Igreja Matriz foi boa parte financiada pelos Barões do Café. Eles tinham lugares privilegiados para assistirem à missa. Ocupam a parte superior próxima ao altar enquanto os mais pobres se aglomeram na parte inferior.

2.3. A INSTITUIÇÃO DOS PODERES SACROS E LAICOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO: O CASO DO VALE DO PARAÍBA

Há uma evidente preocupação da Coroa Portuguesa na proteção territorial do Brasil. Em 1642 é criado o Conselho Ultramarino que tem como finalidade sanar essa preocupação. A instituição desse conselho reflete a grande importância que têm as riquezas do Brasil no cenário político e econômico mundial. Segundo Laura de Mello e Souza, em sua obra “O sol e a sombra” (2006) essas preocupações apontam as dificuldades que tem Portugal em administrar a colônia ultramarina no século XVIII. Com uma analogia entre a Coroa Portuguesa (o sol) e a Colônia (a sombra), a obra mostra o quão difícil é para a Coroa estabelecer sua política em uma terra que nem ela mesma tem ciência da extensão, mas ao mesmo tempo vislumbra uma unidade territorial sobre a colônia. A autora cita em uma passagem a publicação de um livro – “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas” – datado de 1693. Contudo o Conselho Ultramarino propõe a apreensão dessa obra em 1711 por considerá-la de alto risco aos interesses da Coroa Portuguesa. Escrito por um padre jesuíta italiano, João Antonio Andreoni, de codinome Antonil, defende que as verdadeiras minas do Brasil são os latifúndios agrícolas, especificamente os de cana-de-açúcar. Neste livro, o autor descreve os caminhos do ouro na Capitania Conjunta de São Paulo e Minas do Ouro, no século XVII, e isso é considerado perigoso para a proteção do território brasileiro. Há, portanto, um conflito ideológico entre os grandes latifundiários da cana-de-açúcar e os exploradores das minas, colocando frente a frente os interesses econômicos e políticos do fim do século XVII e início do século XVIII.

Quando o ouro é descoberto no Sertão de Cataguases, a migração e o tráfego pelos caminhos existentes se intensificam, ao mesmo tempo em que é motivo de preocupação da Coroa Portuguesa sobre a administração do território brasileiro. Essa preocupação leva a Coroa Portuguesa a tomar atitudes protecionistas em relação ao Brasil e principalmente às suas riquezas. Três medidas adotadas pela Coroa no início do século XVIII têm consequências significativas para o Vale do Paraíba: a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a submissão dos

portos paulistas aos portos fluminenses, e a proibição do tráfego pelos caminhos dos Bandeirantes. Entretanto, em 1720, a Coroa Portuguesa separa as duas Capitânicas, concentrando suas atenções em Minas Gerais como uma capitania autônoma e vigiada diretamente pela Metrópole. Isso traz à Capitania de São Paulo um grande período de ostracismo econômico. Para a capitania paulista restam a agricultura de subsistência, o escasso comércio de gado e o precário abastecimento para a região das minas (BELLOTO, 2007: 24 e 25). Contudo as péssimas condições de tráfego e até mesmo a abertura do Caminho Novo da Piedade dificultam o desenvolvimento econômico paulista.¹²

A forma de administrar as regiões da Capitania de São Paulo e Capitania Minas do Ouro também é diferente. Até o período que antecede o descobrimento do ouro, o poder municipal, representado pela Câmara, é a autoridade presente e atuante nos núcleos urbanos. Mas com o ciclo do ouro, a Coroa Portuguesa, aos poucos, começa a interferir diretamente nos núcleos urbanos das regiões auríferas, deixando a administração das áreas mais pobres, principalmente as paulistas, para as Câmaras.

A ocupação do território paulista no século XVIII, segundo Heloísa Liberalli Belloto, caracteriza-se por "*sítios volantes*", e uma dispersão entre os núcleos de povoamento, demonstrando uma falta de sedentarismo (pg. 148). Isso ocorre em função de dois fatores: o desinteresse da Coroa Portuguesa nessa porção territorial, e a busca incessante de novas áreas para a agricultura em consequência do esgotamento dos solos. O desinteresse é tão grande que entre 1705 e 1767 nenhuma vila é fundada no território (BELLOTO, 2007: 149). Porém, esses dois fatores também são decisivos para o início da reestruturação da Capitania paulista.

Em 1762 o ciclo do ouro já mostra sinais de declínio e Portugal sofre uma grande instabilidade econômica. Nesses tempos, o Brasil já é objeto de desejo de muitos outros países como a Espanha, a França e a Inglaterra. Na segunda metade do século XVIII surge no cenário político português o Marques de Pombal. Exímio diplomata que, como Ministro da Corte portuguesa, estabelece uma política

¹² Belloto cita que a abertura do Caminho Novo da Piedade também é um problema para os agricultores paulistas, visto que aumenta a concorrência dos produtos vindos do Rio de Janeiro para abastecer as minas de ouro (pg 29).

protecionista, visando à defesa dos direitos de Portugal e suas colônias. Em Portugal, o Marques de Pombal resolve problemas referentes à mentalidade jesuíta impregnada na sociedade, o incentivo à indústria, à luta contra o domínio inglês no comércio exterior e ao abandono da terra. Já em terras brasileiras, Pombal luta a favor do incentivo para agricultura, contra o desleixo do fisco e o contrabando. Há a necessidade de fortalecer o poder central, afastando os nobres que ocupam posições privilegiadas no comércio mercantilista, além da secularização das missões dos jesuítas e a mudança da capital no território brasileiro (BELLOTO, 2007: 40). Dentre várias medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, citamos três que consideramos importantes para compreensão da ocupação territorial brasileira, e conseqüentemente do Vale do Paraíba.

Segundo Fritiz Hoppe (1973) o Marquês de Pombal na Demonstração da Impossibilidade Moral de 1772, baseando-se na lei de 1715 sobre tratamento de navios estrangeiros e partindo do princípio que ao se fundar uma colônia ultramarina, a metrópole européia tem a exclusividade de obter vantagens econômicas sobre elas, afirma que os navios comerciais estrangeiros ficam proibidos de atracarem nos portos das colônias portuguesas, exceto por ocasião de tempestades ou manutenção.

A segunda medida demonstra uma clara preocupação do Marquês de Pombal na ocupação territorial brasileira. Ainda segundo a Demonstração da Impossibilidade Moral, os Estados Europeus somente reconhecem os direitos de um país europeu sobre qualquer outro território se houver ocupação efetiva com relação ao binômio Metrópole/ Colônia. (HOPPE, 1973: 10)¹³. Maria Odila Leite da Silva Dias (2005) cita que:

“Os conflitos gerados pela incompatibilidade entre o absolutismo de um lado, a política mercantilista da Coroa e do outro, as pressões do novo liberalismo econômico, oriundo do amadurecimento do capitalismo industrial na Inglaterra, foram sem dúvida a chave-mestra a desencadear as forças de transformação no período.”¹⁴ (DIAS, 2005: 30)

¹³ Informação obtida a partir dos estudos de Hoppe sobre a coleção pombalina da biblioteca nacional de Lisboa.

¹⁴ A autora segue dizendo que a conseqüência importante a salientar é a “*que finalmente assistimos no decorrer dos episódios das primeiras décadas do século XIX, que se convencionou chamar de ‘época da independência’*” (pg 30).

Portugal deve conquistar e ocupar a maior área territorial possível, e conseqüentemente estabelecer uma relação comercial e militar com suas colônias. A relação comercial é importante porque é de suas colônias que a metrópole sobrevive, enquanto a relação militar estabelece a defesa do território. Pombal cria leis que libertam os índios da escravatura (1755), mas gera um conflito político com os padres jesuítas. O ministro português entende que os indígenas são as bases de sustentação para ações jesuíticas na América, e restituindo sua liberdade pode-se melhorar as condições do governo e do comércio.¹⁵ Além disso, permite casamentos mistos (1756). Essas medidas demonstram que o interesse de Pombal volta-se cada vez mais para o Brasil, visto que o país toma uma posição privilegiada dentre todas as colônias. Pombal vislumbra no Brasil uma importante fonte de renda para Portugal, graças à agricultura praticada no território, as riquezas da terra, isto é, a intensificação do comércio internacional português.

Outro destaque da política Pombalina é o grande incentivo aos estudos acadêmicos. Esses estudos são voltados para diversas áreas, mas principalmente para a Matemática, Direito, Medicina e as Ciências Naturais. Esses incentivos fazem parte da política de interiorização do Brasil. A Coroa Portuguesa distribui bolsas de estudo para formação de profissionais na área de engenharia e medicina. No final do século XVIII uma equipe de bacharéis e cientistas brasileiros são membros de uma política de renovação e introdução de novos métodos para o cultivo da agricultura (DIAS, 2005: 55).

Especificamente na Capitania de São Paulo, o Marquês de Pombal tem três problemas para resolver. O primeiro refere-se aos jesuítas e aos indígenas catequizados que de uma maneira geral, se estende por todo o país. O segundo problema diz respeito à proteção do território porque, tendo uma ocupação dispersa, a capitania paulista apresenta-se como um fácil acesso às minas e também à região sul e oeste do Brasil. Por fim, tem-se a preocupação de conquistar o sertão brasileiro com mais intensidade (BELLOTO, 2007: 63).

¹⁵ Segundo Belloto (2007) essa foi uma experiência bem sucedida como é o caso do Maranhão (pg. 62).

Conseqüentemente havia a necessidade de se restabelecer o poder político no território paulista e em 1765 há a restauração da Capitania de São Paulo com a nomeação de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão – o Morgado de Mateus. Com formação militar e vindo de uma família com tradições na política portuguesa, o transmuntano é enviado ao Brasil para ser o governador da capitania decadente. Segundo Belloto (2007) sua formação e seu temperamento são os responsáveis por sua nomeação ao cargo (pg 55)¹⁶.

A política de reestruturação da Capitania de São Paulo sob o comando de Morgado de Mateus tem um caráter comercial e militar. A proteção do território paulista tem como um dos principais motivos ser um “forte *tampão entre a região hispâno- americana e a área que abrigava Minas e a capital do Estado do Brasil, Rio de Janeiro*” (BELLOTO 2007: 60). Morgado de Mateus compreende que a urbanização mais densa na capitania paulista facilita sua reestruturação sob os aspectos econômicos, políticos, militar e social, além de aumentar a assistência religiosa e da Justiça aos habitantes (BELLOTO 2007: 149 e 152).

Sob o aspecto religioso, o papel das festas na reestruturação da Capitania de São Paulo faz parte de uma política mais ampla da Coroa Portuguesa, visto que desejava limitar e controlar a ação jesuítica, ao mesmo tempo em que tenta ampliar e consolidar a presença da Metrópole sob a Colônia.(MORAES, 2004:588)

Mas a política de urbanização não foi uma tarefa fácil de ser executada. Segundo Belloto, os paulistas se refugiam nas matas para não serem alistados para defender o território no sul do país, com isso a dispersão aumenta. O adensamento populacional favorece o recrutamento e a cobrança dos dízimos (pg 159). Com isso Morgado de Mateus cria uma nova rede de núcleos urbanos que se articula e se sobrepõe à rede existente. Até 1771, há no território paulista a fundação de quinze novos núcleos de povoamento. No fim do seu governo em 1775 a região do Vale do Paraíba possui cinco núcleos fundados por suas ordens, são eles: São José da Paraíba (atual São José dos Campos), Caraguatatuba, Nossa Senhora da Escada (atual Guararema), Santo Antonio de Paraibuna (atual Paraibuna) e São Luís do

¹⁶ Segundo a mesma autora o transmuntano tem um temperamento inflexível e teimoso, além da xenofobia aos espanhóis. Isso ajuda muito na reestruturação e proteção do território. A autora reserva um capítulo inteiro para a discussão da biografia de Morgado de Mateus. (pg 45)

Paraitinga. Na ocasião, desde 1688, alguns poucos sesmeiros ocupam dispersamente a região do Rio Paraitinga. É justamente um desses sesmeiros, o sargento-mor Manoel Antonio de Carvalho, quem elabora um requerimento para Morgado de Mateus a fim de ocupar a área situada entre os Rios Paraitinga e Paraibuna¹⁷. Um dos povoados fundados, em 1769, é São Luís do Paraitinga e o qual é elevado à categoria de Vila em 1773.

¹⁷ Segundo Trindade (1977) esse documento encontra-se no DAESP Ofício das Câmaras/ São Luis do Paraitinga, 1721- 1822, ex 7,ord 233, Pasta 3, despacho de 02-05-1769

“O tempo da festa tem sido celebrado ao longo da história dos homens como um tempo de utopias. (...) a festa se faz no interior de um território lúdico onde se exprimem igualmente as frustrações, revanches e reivindicações dos vários grupos que compõem uma sociedade. (...) Ora ela é suporte para a criatividade de uma comunidade, ora afirma a perenidade das instituições de poder”.(PRIORE 2002: 09)

3. A MORFOLOGIA URBANA E AS FESTAS RELIGIOSAS: SÃO LUÍS DO PARAITINGA E BANANAL

Ao iniciarmos esse capítulo, queremos apontar uma questão específica que acaba norteando o todo nosso trabalho. Como vimos anteriormente, as duas cidades, São Luís do Paraitinga e Bananal, têm a formação do núcleo urbano, gerada por razões e conseqüências distintas. Enquanto a primeira surge de um plano para a reestruturação da Capitania de São Paulo, no governo de Morgado de Mateus, com caráter comercial e militar, a segunda surge em virtude da abertura do Caminho Novo da Piedade para escoamento da produção mineral e agrícola, além da formação do comércio e passagem dos tropeiros. Essa diferença gera desenhos de núcleos urbanos distintos. Obviamente, fatores externos, como a própria característica geográfica de cada região, influenciam diretamente nesse desenho urbano. Contudo, a demarcação territorial e a conseqüente morfologia urbana - na maioria das cidades coloniais brasileiras - é fruto da ação conjunta entre a Coroa Portuguesa e a Igreja. No caso das duas cidades, a morfologia urbana ocorre em função da articulação dos poderes de ambas as instituições que são responsáveis pela demarcação dos espaços segundo os conceitos públicos/privados e sacros/laicos. A distinção entre os espaços públicos/ privados e sacros/ laicos é a forma escolhida para analisar a morfologia urbana nesse estudo. Nesse sentido vemos a necessidade de contextualizar esse capítulo através de duas ciências: o urbanismo (como principal ciência para o desenvolvimento do nosso estudo) e a antropologia (como uma ciência complementar).

Para a antropologia o homem é o objeto de estudo, enquanto para o urbanismo a cidade coloca-se como esse objeto. Em ambas as ciências, os respectivos objetos são regidos sob aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, mas é na cidade que as relações humanas acontecem. A sociedade produz seus espaços da cidade, ao mesmo tempo em que atribui a esses espaços valores simbólicos. À medida que estabelecem novos significados para os espaços habitados, essas relações podem ser alteradas. Esse processo de apropriação simbólica do espaço é claramente notado quando se distingue nas cidades os seus significados sacros e laicos. Contudo a cultura portuguesa de “saber fazer cidades” citada por Rafael Moreira (1998) estabelece os limites entre o público e o privado, em um processo de acumulação de conhecimentos adquiridos no decorrer dos tempos. Assim, a morfologia urbana das duas cidades é a perpetuação da cultura portuguesa, ao mesmo tempo em que é o suporte para a realização dos eventos e festas religiosas no período colonial brasileiro.

“As atividades do indivíduo são determinadas em grande medida por seu ambiente social; por sua vez, suas próprias atividades influenciam a sociedade em que ele vive, podendo nela gerar modificações de forma.”(BOAS, 2006:47).

Nesse capítulo, preocupamo-nos em compreender como a morfologia urbana torna-se suporte para as relações humanas, incluindo as tradições das festas religiosas, especificamente a Festa de Corpus Christi, e ainda como as manifestações religiosas criam uma monumentalidade efêmera da cidade.

3.1. A MORFOLOGIA URBANA: UMA COMPARAÇÃO.

As cidades coloniais brasileiras têm características de ocupação territorial que definem formas distintas de morfologia urbana. O processo de ocupação territorial pelos portugueses inicia-se do mesmo princípio: a doação de terras sob forma de sesmarias para urbanização. Entretanto, fatores externos como relevo, abertura de vias que permitem o escoamento da produção, interesses da Igreja, militares e comerciais influenciam diretamente na morfologia urbana desses núcleos.

Ao se demarcarem os limites das sesmarias doadas e se fixarem nas terras, os colonos iniciam o processo de ocupação territorial por um ponto de permanência qualquer, seja uma ermida, um pouso, ou uma extensão de território, como o leito de algum rio. Esta é basicamente a gênese da formação do núcleo urbano das cidades coloniais brasileiras.

Tanto São Luís do Paraitinga quanto Bananal são rotas de escoamento de produção, provenientes de antigas trilhas indígenas que acabam sendo apropriadas pelos colonos. No caso de Bananal, o Caminho Novo da Piedade, estrada aberta sob demanda da Coroa, é a rota de escoamento da produção do ouro ligando a região das minas até o Rio de Janeiro; com intenso tráfego, chega até mesmo alterar o eixo econômico dessa região do Brasil, no período colonial.

Já no caso de São Luís do Paraitinga a rota que deu origem ao seu núcleo urbano liga Taubaté e Ubatuba. Conforme o mapa abaixo (FIG 13), essa localidade aparece, no início da ocupação do Vale do Paraíba, descrita como sendo uma Aldeia Del Rei. Vindo de Taubaté, o caminho, no ponto da Encruzilhada, se desdobra em duas vias de acesso ao litoral. Uma que atravessa a Serra do Facam, sentido Paraty, enquanto a outra segue pela região do rio Paraitinga até atingir Ubatuba. Contudo, como vimos no capítulo 2, o escoamento da produção nesse trecho do Vale ocorria muito mais freqüentemente pela via que atravessa a Serra do Facam, porém não podemos desprezar a existência da outra via de acesso, citada entre o Vale e o litoral, pois é essa justamente a que deu origem ao núcleo de São Luís de Paraitinga.

Tanto São Luís do Paraitinga como Bananal têm as fundações datadas do fim do século XVIII, mas o desenvolvimento delas ocorre principalmente no século XIX, em função da cultura cafeeira que atinge todo o Vale do Paraíba.

Cabe aqui uma observação para compararmos as duas cidades. São Luís do Paraitinga já é fundada com a condição de Vila. Segundo Trindade e Saia (1977) a constituição do núcleo urbano ocorre em função do adensamento populacional em uma região predeterminada, onde se encontram habitações dispersas. Até mesmo algumas leis e privilégios são criados a fim de estimular a ocupação, o comércio e a construção de edificações para formação do núcleo urbano. Trindade cita que o então governador-geral, Morgado de Mateus, concede o privilégio de não chamar



Fig 13: Detalhe do mapa da capitania de São Vicente mostrando as cidades ao longo do Rio Paraíba datado do século XVII Fonte: BN

para soldados aqueles que povoarem a região de São Luís do Paraitinga. Luís Saia cita uma lei que obriga os habitantes a construírem suas edificações em um prazo de três meses. Caso contrário essas terras seriam devolvidas ao poder do governo. A Vila de São Luís do Paraitinga surge com a demarcação da praça que abriga a Casa de Câmara e Cadeia, o Pelourinho e a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres¹.

Em Bananal o processo de evolução urbana é um pouco diferente. O núcleo urbano surge como Patrimônio Religioso do Bom Jesus do Livramento, a partir das construções de uma ermida e um pequeno cemitério, às margens do caminho que segue para Angra dos Reis. Este caminho é uma ramificação do Caminho Novo da Piedade. De Patrimônio Religioso, o núcleo urbano passa para Freguesia no início do século XIX, até alcançar o status de Vila no mesmo século. Neste ínterim, há a transferência da edificação sacra para o local do atual núcleo urbano, graças à dificuldade do acesso à ermida primitiva em dias de chuvas, contudo essa ainda permanece no mesmo local.

3.1.1. MORFOLOGIA URBANA DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA

A malha viária de São Luís do Paraitinga (FIG 14) é baseada no traçado ortogonal e o espaço organizado em quadras perpendiculares, que é uma influência iluminista do governador-geral Morgado de Mateus (Telles, 2006: 56). Em São Luís do Paraitinga o caminho que parte de Taubaté atravessa o rio, abrindo-se para a Rua do Comércio (atual Rua Barão de Paraitinga FIG 15) até atingir o leito do rio novamente e tomando a esquerda na Rua da Ponte (atual Rua Cel. Domingues de Castro) situada em uma planície que segue perpendicular à Rua do Comércio e ao rio. Pouco à frente, esta rua acompanha o relevo e o leito do rio no sentido de Ubatuba. Paralela à Rua do Comércio e transversal à Rua da Ponte, tem-se a Rua do Rosário (atual Rua Monsenhor Ignácio Gióia FIG 16). Essa rua é prolongada quando há a abertura da Rua dos Fazendeiros (atual Rua Cel. Manoel Bento). O Pelourinho, a Cadeia e a Igreja Matriz estão localizados na Rua da Cadeia ou Beco

¹ Nossa Senhora dos Prazeres é padroeira da Casa de Matheus. Segundo Toledo (1996) esse templo teve caráter provisório e foi demolido e erguido novamente com dimensões maiores. Provavelmente esse templo deu origem à primeira Igreja do Rosário (pg 09).



Fig 14: Trecho do mapa da cidade de São Luís do Paraitinga Fonte: IGC 1977. Em vermelho a malha viária do núcleo urbano primitivo

Legenda. Nome das ruas e logradouros atuais

1 – Rua Barão de Paraitinga	18 – Praça Osvaldo Cruz	35 – Prefeitura Municipal
2 – Rua 31 de Março	19 – Igreja Matriz São Luís Tolosa	36 – Caixa Econômica Estadual
3 – Rua Monsenhor Ignácio Góia	20 – Igreja do Rosário	37 – Posto de Saúde
4 – Rua Cel. Domingues de Castro	21 – Cemitério do Rosário	38 – Posto de Gasolina
5 – Rua Cel. Manoel Bento	22 – Igreja das Mercês	39 – Largo do Rosário
6 – Rua Abraão Abdalla	23 – Casa de Osvaldo Cruz	40 – Casa da Lavoura
7 – Rua Capitão Antonio Carlos	24 – Cemitério	41 – Vila São Vicente de Paula
8 – Rua Eng. Pedro Pereira Rio Branco	25 – Estádio Municipal	
9 – Rua do Carvalho	26 – Centro de Lazer	
10 – Rua Professor Elpidio dos Santos	27 – Praça dos Três Poderes	
11 – Rua Bernardo Joaquim Dias	28 – EEPSPG Domingues de Castro	
12 – Rua Benfica	29 – EEPSPG Monsenhor Ignácio Góia	
13 – Avenida Celestino Campos Coelho	30 – ENM João Ebran	
14 – Rua Cônego Costa Bueno	31 – Santa Casa de Misericórdia	
15 – Rua Doutor Osvaldo Cruz	32 – Posto de Saúde	
16 – Rua da Floresta	33 – Mercado Municipal	
17 – Rua do Cruzeiro	34 – Coletoria Estadual	



Fig 15: Rua do Comércio atual Rua Barão de Paraitinga



Fig 16: Rua do Rosário atual Rua Monsenhor Ignácio Gióia

da Cadeia (atual Rua 31 de Março). A princípio, a Igreja Matriz seria construída perpendicular à edificação atual, na Rua da Praça definindo assim seu respectivo adro e criando um espaço livre entre a igreja, a cadeia e o pelourinho. Porém as mudanças da implantação dessa edificação geraram uma série de controvérsias entre os habitantes principalmente no que diz respeito à localização da praça e do adro. Após a mudança na implantação, outros terrenos são distribuídos para construção de novas edificações (SAIA, 1973: 437).

No núcleo urbano de São Luís do Paraitinga temos uma praça principal exatamente em frente à Igreja Matriz (atual Praça Dr. Osvaldo Cruz FIG 17). Esse espaço é o mais significativo exemplo da distinção público/privado e sacro/laico da cidade. Subindo a Rua do Rosário, à esquerda² da matriz, encontramos a Igreja do Rosário com o cemitério, enquanto a Igreja das Mercês localiza-se à direita da matriz na Rua da Ponte. Na praça da Matriz há edificações na maioria com dois pavimentos, geminadas, erguidas no alinhamento das ruas. São construídas pela técnica de taipa de pilão, na sua maioria com telhados de duas águas (FIG 18). Elas possuem pé direito alto e significativo número de envasaduras. Destacamos na mesma praça, um sobrado com pé direito reduzido o que indica data anterior às normas de 1834 (SAIA, 1977: 56). Exatamente atrás da Igreja Matriz há uma rua em aclive (atual Rua da Floresta) onde encontramos exemplares com um pavimento, acompanhando o aclive natural do relevo. Nesta rua o passeio é formado por pedras evidenciando o tipo de calçamento realizado no antigo núcleo urbano (FIG 19).

Do lado esquerdo e direito da Igreja do Rosário encontramos as mais modestas construções urbanas da cidade de São Luís do Paraitinga. Sobre uma base de pedra e paredes de taipa, essas edificações erguem-se com testadas reduzidas e geralmente com apenas duas envasaduras (janela e porta). Em alguns exemplares podemos até verificar o madeiramento (ombreiras nas janelas e portas) que serve como estrutura da taipa (FIG 20).

² Para a orientação em relação ao ponto principal do núcleo urbano, utilizamos a posição de quem olha a partir da praça em direção à fachada principal da matriz.



Fig 17: Praça Oswaldo Cruz. Ao Fundo a Igreja Matriz



Fig 18: Edificações com dois pavimentos. Praça Oswaldo Cruz



Fig 19: Rua da Floresta atrás da Igreja Matriz. Rua de pedras típico das cidades coloniais



Fig 20: Edificações com um pavimento. Construções geminadas em base de pedras, com apenas uma porta e janela e telhado de duas águas.

Na Rua dos Fazendeiros encontramos o Mercado Municipal datado do século XIX, construção quadrada com um pátio central descoberto. Essa edificação localiza-se às margens do Rio Paraitinga, o que evidencia a utilização do rio para o tráfego de mercadorias. (FIG 21 e 22)

As construções, em geral, possuem envasaduras em arco pleno ou vergas retas. Em alguns exemplares temos claramente a influência da arquitetura moura nas portas e janelas (FIG 23). No caso de edificações com dois pavimentos os gradis do pavimento superior apresentam-se em madeira (FIG 24). Outro elemento a ser destacado é o beiral com os cachorros e o tabuado simples (FIG 25). Nas demais ruas, encontramos outros exemplares da arquitetura paulista, porém datados de período posterior aos do centro. Isso porque as técnicas construtivas e até mesmo o desenho da arquitetura são distintos, aparecendo elementos como, por exemplo, a platibanda³.

São três as construções sacras da cidade: a Igreja Matriz (FIG 26), a Igreja das Mercês (FIG 27) e a Igreja do Rosário (FIG 28). A única que permanece no seu estado original de preservação é a Igreja das Mercês. Ela localiza-se na Rua da Ponte no caminho para Ubatuba. Essa igreja foi edificada em devoção à Nossa Senhora das Mercês pela Sra. Maria Antonia dos Prazeres, oriunda de Guaratinguetá. Construída no início do século XIX⁴ em pedra e taipa, possui dimensões reduzidas e um pequeno largo na frente. Por suas dimensões e características de implantação urbana é como se a cidade englobasse essa edificação.

A Igreja do Rosário é a que mais se destaca na paisagem por dois motivos: ela está situada na parte mais alta da cidade e tem uma arquitetura neogótica. O início da construção data de 1815 e concluída em 1830, com financiamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Posteriormente é demolida, devido à precariedade da construção e novamente reerguida em 1915,

³ Há um levantamento do inventário de São Luís do Paraitinga realizado por Luís Saia. Todas essas informações são tiradas desse levantamento e também de registros fotográficos realizados *in locu*.

⁴ Segundo Luis Saia, há uma certa controvérsia nos documentos que datam da construção dessa Igreja, sendo que em alguns registros, a edificação aparece datada do século XVIII.



Fig 21: Mercado Municipal de São Luis do Paraitinga. Vista Externa. Construção em taipa e pedras



Fig 22: Mercado Municipal de São Luis do Paraitinga. Vista Interna. Planta quadricular com pátio central. Ao fundo passa o Rio Paraitinga



Fig 23: Portas com características da arquitetura moura



Fig 24: Gradil do pavimento superior em madeira



Fig 25: Detalhe de beiral. Tabuado e cachorro



Fig 26: Igreja Matriz



Fig 27: Igreja das Mercês. Detalhe do piso do espaço público em pedras



Fig 28: Igreja do Rosário

com financiamento da própria igreja e da comunidade. A arquitetura neogótica evidencia um descolamento temporal, entre a cidade e a edificação, pois já no século XX o então padre Monsenhor Ignácio Gióia derruba a Igreja do Rosário original e constrói uma nova. Essa igreja também não possui um adro que a integre com a cidade.

Certamente a que melhor compõe a paisagem colonial é a Igreja Matriz graças à tipologia e a constituição do seu adro em relação ao entorno. A primeira construção dessa Igreja data do início do século XIX, mas ela também foi reconstruída entre 1839 e 1900, com financiamento da Igreja e dos Barões do Café.⁵ Seu frontispício é voltado para a entrada da cidade, e logo à sua frente o adro. Essa edificação está entre a Igreja do Rosário e a Igreja das Mercês.

3.1.2. MORFOLOGIA URBANA DE BANANAL

No caso de Bananal o Caminho Novo da Piedade partindo de Lorena segue no sentido da capitania fluminense e define a malha urbana da cidade (FIG 29). Um registro de Saint-Hilaire demonstra claramente que a cidade se desenvolve e cresce tendo como vetor de expansão o Caminho Novo da Piedade.

“A três quartos de légua do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia do Bananal, sede de paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e se compõe de uma única rua. Pareceu-me de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultivava muito café e cujos habitantes, por conseguintes, possuem rendas consideráveis.”
(SAINT-HILAIRE, 1974: 04)

O caminho desce a Rua do Fogo (atual Presidente Washington Luís) vira à esquerda para chegar à ponte que atravessa o Rio Bananal e atinge a Rua de Baixo (atual Rua Ernani Graça). Deste ponto segue até o Pátio do Rosário (atual Praça Rubião Jr. FIG 30); tomando a esquerda até à Rua do Rosário (atual Rua Bom

⁵ Ver tabela cronológica das construções sacras de São Luís do Paraitinga ,(TOLEDO, 1996: 22)

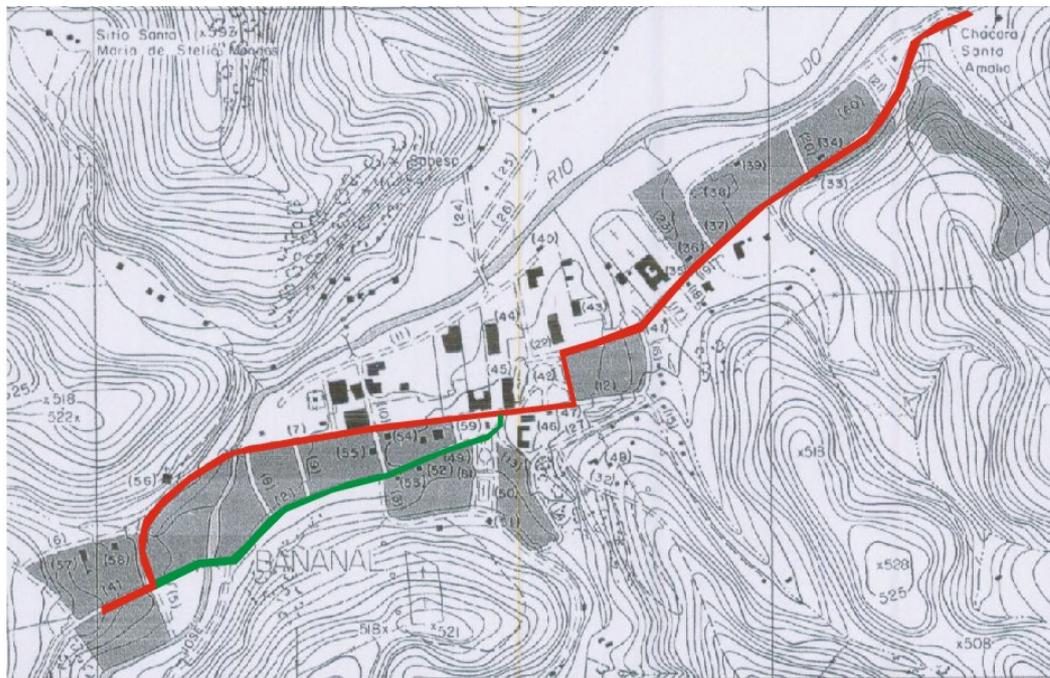


Fig 29: Trecho do mapa da cidade de Bananal Fonte: IGC 1977. Em vermelho o trecho urbano do Caminho Novo da Piedade e a malha viária do núcleo urbano primitivo. Em verde o caminho aberto posteriormente para abreviar o trecho anterior

Legenda. Nome das ruas e logradouros atuais

- | | |
|---|---|
| 1 – Rua Deputado Nersalla Rubez | 33 – Cooperativa dos Produtores de Leite de Bananal |
| 2 – Rua Manoel de Aguiar | 34 – Destacamento da Polícia Militar de Bananal |
| 3 – Rua 23 de Maio | 35 – Santa Casa de Misericórdia |
| 4 – Rua Presidente Washington Luiz | 36 – Casa da Agricultura |
| 5 – Rua 8 de Dezembro | 37 – Praça Dona Domiciana |
| 6 – Rua Cel João Ramos Nogueira Fragoso | 38 – Quadra de Esporte Rui Silva |
| 7 – Rua Ernani Graça | 39 – Antiga Estação Ferroviária de Bananal |
| 8 – Rua Vicente de Paula Almeida | 40 – Matadouro Municipal |
| 9 – Rua Carlos Pereira da Silva Porto | 41 – Delegacia de Polícia |
| 10 – Rua Olegário Ramos | 42 – Praça Rubião Junior e Igreja do Rosário |
| 11 – Avenida Barão de Joatinga | 43 – Sociedade Amigos de Bananal |
| 12 – Rua Benedito Vitorino da Silva | 44 – Escola Estadual Cel. Nogueira Cobra |
| 13 – Travessa Carlindo dos Santos Nogueira | 45 – Coletoria Estadual |
| 14 – Rua Senador Oscar de Almeida | 46 – Fórum |
| 15 – Rua Boa Vista | 47 – Posto Telefônico |
| 16 – Rua Comendador Ferreirinha | 48 – Castor Hotel |
| 17 – Rua Joaquim Souza Lusitano | 49 – Praça Pedro Gomes |
| 18 – Rua Cel. Luciano de Almeida Ramos Nogueira | 50 – Igreja Matriz Bom Jesus |
| 19 – Avenida Bom Jesus | 51 – Praça dona Teresinha Reis Graça |
| 20 – Rua Leonidio Gomes | 52 – Banco Econômico S/A |
| 21 – Rua Consuelo Almeida Bruno | 53 – Prefeitura e Câmara Municipal de Bananal |
| 22 – Rua Doutor José Rangel de Almeida | 54 – Cine Santa Cecília |
| 23 – Rua Salim Alexandre Elias | 55 – Caixa Econômica Estadual |
| 24 – Rua João Candido da Silva | 56 – Igreja da Boa Morte |
| 25 – Rua José Moreira de Alexandre | 57 – Escola Estadual Visconde Laurindo |
| 26 – Rua Luciano Olívio Barutti | 58 – Posto de Puericultura |
| 27 – Rua Ministro José Oscar de Almeida | 59 – Hotel Brasil |
| 28 – Rua Amaral Neto | 60 – Polícia Florestal |
| 29 – Rua Antonio Gervasio do Nascimento | 61 – Praça Pedro Ramos |
| 30 – Avenida Álvaro Moreira Ramos | |
| 31 – Rua Benedito Justino | |
| 32 – Rua Panorâmica | |

Jesus) e desta segue no sentido do Rio de Janeiro. Mas para abreviar o trajeto há a construção de uma ponte que liga a Rua do Fogo, e atravessa o Rio Bananal atingindo uma nova rua (atualmente conhecida como Rua Manoel de Aguiar FIG 31) e deste ponto até a Igreja Matriz, (RODRIGUES, 1980: 55). As principais construções da cidade estão localizadas no alinhamento dessas vias, dentre as quais destacamos: a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário e seus respectivos adros, o Solar Luciano José de Almeida (atual Hotel Brasil), a Santa Casa, e a Estação de Ferro de Bananal. Porém o desenvolvimento do núcleo urbano se intensifica com o cultivo do café.

A cidade tem como finalidade proporcionar o descanso aos Barões de Café e abrigar as festas religiosas⁶, mas é a arquitetura imponente que evidencia o poder desses Barões.

A Igreja Matriz e o sobrado ao lado dela são as duas primeiras construções realizadas em 1811 após a transferência da antiga ermida para esse local (FIG 32). Nesse sobrado é realizada a primeira sessão do tribunal do júri, em 1836. Na cidade encontramos duas praças principais: o Largo da Matriz e o Largo do Rosário. Esses dois espaços públicos estão muito próximos e são cortados apenas pela extensão do Caminho Novo da Piedade. Diferentemente de São Luís do Paraitinga, a configuração urbana que tem a cidade de Bananal está atrelada ao desenvolvimento espontâneo e sem planejamento na ocupação territorial, que acompanha os limites naturais do território e as necessidades cotidianas dos seus habitantes. Isso caracteriza herança da colonização portuguesa que se perpetua no decorrer dos séculos. Bananal é exemplo típico dessa herança, em que as cidades portuguesas na América são “semeadas⁷”.

As ruas transversais surgem das necessidades da vida cotidiana. No Largo do Rosário encontramos a antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Fórum FIG 33). As construções também são de taipa, na maioria com dois ou até três pavimentos (FIG 34), com grandes testadas e com maior número de envasaduras. É

⁶ Há que se ressaltar que as festas religiosas são financiadas pelos Barões do Café, conforme os registros nos Livros da Irmandade do Bom Jesus do Livramento que estão em Lorena.

⁷ Esse é o termo usado por Sérgio Buarque de Holanda quando descreve as cidades na América Portuguesa.



Fig 30: Praça do Rosário atual Praça Rubião Junior. Ao fundo o Solar Aguiar Valim



Fig 31: Casarão da Rua Manoel Aguiar



Fig 32: 01-Igreja Matriz; 02-Solar da Sra. Laurinha; 03-Casa de Câmara e Cadeia atula Fórum; 04- Praça do Rosário atual Praça Rubião Jr; 05- Solar Aguiar Valim 06- Solar Luciano José de Almeida atual Hotel Brasil; 07- Solar dos Andrade. Fonte:Prefeitura de Bananal



Fig 33: Antiga Casa de Câmara e Cadeia ; atual Fórum. Praça do Rosário

evidente o requinte nos detalhes construtivos, como, por exemplo, os gradis dos balcões superiores e apoios para luminárias presos na fachada principal das edificações em ferro (FIG 35). São construções geminadas, com duas ou quatro águas de telhado, beirais tabuados e com cachorros delicadamente entalhados. As envasaduras são em arco pleno, arco abatido, ou vergas retas com caixilharia extremamente trabalhada (FIG 36).

Bananal possui quatro construções sacras: a Igreja Matriz (1811) (FIG 37), a Igreja do Rosário (século XIX) (FIG 38), a Igreja da Boa Morte (século XIX)⁸ (FIG 39) e a ermida primitiva do Retiro (1783) (FIG 40). As duas primeiras são muito parecidas, seja pelo desenho arquitetônico, seja pela implantação na malha urbana. Ambas possuem um adro com dimensões consideráveis e são os principais espaços públicos da cidade. A Igreja da Boa Morte localiza-se após o Rio Bananal já fora do núcleo central, porém com visão privilegiada da cidade, pois ela é implantada em uma região alta. A Ermida do Retiro localiza-se fora da malha urbana a aproximadamente 10 km do centro histórico, em uma ramificação do Caminho Novo da Piedade. Essa ermida merece uma atenção especial. Segundo Rodrigues (1980) essa ermida é reformada pelos moradores das redondezas diversas vezes e é reconstruída em 1886. Em nossos registros fotográficos do local, encontramos a dita ermida em bom estado de conservação (FIG 41). Seu frontispício é voltado para a estrada e logo atrás da construção vemos um talude, um corte no terreno natural. Para acessar esse talude subimos dois degraus de pedra, e no fundo do mesmo espaço temos mais dois degraus que voltam-se para um antigo cemitério (FIG 42). As paredes desse cemitério são de taipa e ele se encontra abandonado. Porém, registros em algumas lápides demonstram que ele ainda era utilizado até o século XX, sendo que as referências mais antigas encontradas nos crucifixos datam da década de 1820; enquanto as mais recentes aparecem na década de 1920.

Destacamos por fim três outras construções importantes. O complexo da Santa Casa de Misericórdia (FIG 43), fundada em 1851, composto pelo hospital que possui planta em forma de “H”, o cemitério dos Barões de Café logo atrás, e uma pequena capela, que atualmente passa por reformas (FIG 44). As principais lápides

⁸ Em ambas as igrejas (Rosário e Boa Morte), encontramos descrições sem uma data precisa.



Fig 34: Solar dos Andrade, com três pavimentos e grande número de envasaduras.



Fig 35: Requite nos detalhes como gradis e apoios de luminária em ferro



Fig 36: Detalhes de caixilharia. Da esquerda para a direita. Arco pleno (Solar Aguiar Valim); Arco abatido (Solar Dona Laurinha); Verga reta (Solar Aguiar Valim)



Fig 37: Igreja Matriz início do século XX. Ao lado esquerdo Solar da Dona Laurinha. Fonte Prefeitura de Bananal



Fig 38: Igreja do Rosário



Fig 39: Igreja da Boa Morte



Fig 40: Ermida do Retiro



Fig 41: Ermida do Retiro. Vista Interna



Fig 42: Cemitério atrás da Ermida do Retiro



Fig 43: Santa Casa de Misericórdia



Fig 42: Capela da Santa Casa de Misericórdia. Ao fundo o cemitério

no cemitério da Santa Casa têm um requinte em detalhes decorativos, muitos deles construídos com materiais nobres como o mármore (FIG 45). A segunda construção destacada é a Estação de Ferro de Bananal construída em 1888 para escoar a produção do café. Essa estação, que atualmente abriga a biblioteca municipal, é toda importada da Bélgica, construída em placas de ferro pré-moldadas e pinho de riga. A Estação de Ferro é uma prova concreta da ligação que existe entre Bananal e os países industrializados na Europa (FIG 46). Enquanto o café é exportado para o Velho Continente, a cultura e o modo de vida são importados para o Brasil⁹ Essas duas edificações mostram o poder econômico que a cidade possui no ciclo cafeeiro. A terceira e última construção que destacamos é a *Pharmacia Popular* (FIG 47). Datado de 1830, sofre uma reforma no fim do século XIX, que lhe confere características neoclássicas. A edificação ainda possui suas características do século XIX, com requinte de detalhes tanto na arquitetura como seu interior, apresentando balcões e móveis em madeira entalhada (FIG 48).

O desenvolvimento das duas cidades é catalisado com a economia cafeeira, que atinge o Vale do Paraíba no século XIX. Entretanto, o impacto dessa economia é diferente em cada cidade. Enquanto em São Luís do Paraitinga o café é apenas mais um produto cultivado junto com o milho, feijão, fumo e até a produção de toucinho, que no início do século XIX abastecia a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em Bananal é a principal fonte de renda agrícola trazendo poder e riqueza para a região. Outros recursos financeiros de Bananal provêm do tráfego e comércio de negros escravos. Como é uma região onde a demanda de mão-de-obra é intensa, devido ao cultivo do café, o negro torna-se mais um produto comercial. Em visita à Fazenda dos Coqueiros, a cinco quilômetros do centro de Bananal, encontramos registros de jornais nos quais os Barões do Café anunciam o aluguel de seus escravos na época da entressafra.

⁹ Vale informar que em Bananal, as grandes fazendas de café têm um requinte muito grande em elementos decorativos europeus. Encontramos objetos como lustres, maçanetas de portas, e até móveis que são importados da Europa. Os filhos homens dos Barões são mandados para países como a Inglaterra e França para estudarem, enquanto as filhas mulheres têm sua educação plasmada nas línguas estrangeiras, principalmente a francesa.



Fig 45: Detalhe em mármore de lápide do cemitério da Santa Casa de Misericórdia



Fig 46: Estação de Ferro de Bananal. Construção do fim do século XIX



Fig 47: Pharmacia Popular. Vista Externa. Fonte Prefeitura Municipal de Bananal



Fig 48: Pharmacia Popular. Vista Interna

Sendo assim, a distinção econômica entre ambas as cidades fica evidente quando comparamos a arquitetura e até mesmo a morfologia urbana. A arquitetura de Bananal possui elementos que mostram um requinte nas técnicas construtivas e no material utilizado se comparada a São Luís do Paraitinga. Com relação à morfologia urbana, as duas cidades se diferenciam pela constituição dos espaços públicos/privados existentes. São Luís do Paraitinga é um núcleo urbano planejado, com traçados ortogonais e com a clara preocupação de demarcação territorial, enquanto Bananal se desenvolve a partir da abertura do Caminho Novo da Piedade e com a economia cafeeira. Entretanto a economia cafeeira traz muito mais do que riqueza financeira. Em eventos e festas religiosas há uma inversão do que é público/ privado em função dos significados sacro/ laico nas cidades. A Igreja faz alianças com os Barões do Café e juntos organizam as Irmandades que realizam os eventos e festas religiosas, dentre elas a Festa de Corpus Christi. É justamente nessas ações conjuntas entre Igreja e Barões que se perpetuam as tradições religiosas cristãs na sociedade colonial e posteriormente no Império, tendo como suporte para acontecimento a morfologia urbana das cidades.

3.2. AS FESTAS RELIGIOSAS E A RECRIAÇÃO DO ESPAÇO SACRO NAS CIDADES: A PROCISSÃO DE CORPUS CHRISTI EM PORTUGAL E NO BRASIL

No caso de Portugal e do Brasil, as festas religiosas cristãs têm nos séculos XVIII e XIX uma forte tendência para ser um acontecimento urbano. No Brasil a riqueza proveniente da elite é a principal fonte de renda para a realização das festas. No Vale do Paraíba, a elite agrária cafeeira do século XIX possui propriedades nas áreas urbanas, para o descanso e o acompanhamento das festas. Sob esse aspecto, podemos estudar as cidades e as festas com óticas distintas, por exemplo: histórica, antropológica, urbana entre outras.

Verificamos que em tempos de festa, as cidades se modificam alterando as relações entre os espaços e os homens. No caso das cidades coloniais é justamente a vida religiosa a responsável pela rápida evolução dos espaços urbanos. É bem verdade que a prática religiosa está também ligada diretamente aos espaços

da casa, principalmente na arquitetura rural distante dos núcleos urbanos. Os cultos religiosos ocorrem muito freqüentemente em oratórios ou ermidas de propriedades particulares, onde um vigário segue eventualmente para rezar uma celebração. Mas a vida urbana emerge sob a forte influência da Igreja e dos eventos religiosos como missas, procissões e festas. Saint-Hilaire descreve sua indignação quando aponta que nos núcleos urbanos do Vale do Paraíba o comércio só abre aos domingos, ou seja, em dias de culto. Ao descrever, por exemplo, a vila de Guaratinguetá, o viajante observa que há um comércio local, entretanto, mesmo sendo dia útil¹⁰, a maioria das casas está fechada, presumindo então que a presença dos agricultores só ocorria nos domingos e dias de festa (pg 72). Com isso, conclui-se que o comércio, a construção de edificações como casarões e solares, acontecem em função da intensificação da vida religiosa. Isso indica que a constituição dos espaços laicos das cidades é resultado direto dos eventos sacros. Essa distinção sacra/ laica cria valores simbólicos distintos nos espaços público/ privado, que em tempos de festas são efêmeros.

Nas festas religiosas, principalmente naquelas em que há a procissão, como é o caso da Festa de Corpus Christi, o valor simbólico dos espaços da cidade, sejam eles públicos/ privados ou sacros/ laicos se alternam. Essa mudança gera novos significados urbanos, mesmo que por algumas horas. Mircea Eliade (2001) cita que, nas sociedades tradicionais, o homem coloca-se no mundo sob duas categorias de existência: a sagrada e a profana. Mesmo que o homem tenha uma postura absolutamente voltada para uma existência profana, ele *“não consegue abolir completamente o comportamento religioso.”*(pg27). O autor lembra que é o homem o responsável pela consagração, em locais sacros, dos espaços habitados, sendo capaz de elaborar técnicas para tornar esse espaço significativo constituindo-o como espaço sagrado.¹¹ (pg. 32).

É justamente nesse momento que há uma alteração na paisagem urbana da cidade. Quando o homem expõe sua existência sob a categoria sagrada ou

¹⁰ Termo usado pelo próprio autor.

¹¹ Eliade (2001) observa que é evidente o desejo do homem religioso em viver unicamente no mundo sagrado. Por isso, ele elabora técnicas de orientação que constroem esse espaço sagrado. Entendendo essa construção não como um trabalho humano, e sim uma obra dos deuses. (pg 32)

profana, ele muda os valores simbólicos dos espaços habitados nas cidades. As tradições religiosas, que aparecem muitas vezes sob formas de festas periódicas, são uma recriação do espaço e do tempo sagrados, ou seja, uma repetição do ritual de consagração.

Com isso o homem vive em dois tempos distintos: o Tempo sagrado e o circular¹². Seja qual for a complexidade de uma festa religiosa, trata-se sempre de um acontecimento sagrado que teve lugar *ab origine* e que é, ritualisticamente atualizado, presentificado¹³. Os participantes da festa tornam-se os contemporâneos do acontecimento mítico. Em outras palavras, 'saem' do seu tempo histórico – isto é, do tempo constituído pela soma dos eventos profanos, pessoais e intrapessoais – e reúnem-se ao Tempo primordial, que é sempre o mesmo, e pertence à Eternidade. O homem religioso desemboca periodicamente no Tempo mítico e sagrado. Reencontra o Tempo de origem, aquele que não decorre, pois não participa da duração temporal profana e é constituído por um eterno presente indefinidamente recuperável.(ELIADE, 2001:79)

A procissão de Corpus Christi é exatamente um reviver sagrado, uma repetição do ritual que, na realidade já é incorporada pela cultura religiosa portuguesa, e trazida ao Brasil pelos colonizadores e jesuítas. Diferentemente da Semana Santa, em que os católicos lembram a Morte e Ressurreição de Cristo, o Corpus Christi celebra a vida, ou seja, o Cristo Vivo andando entre os fiéis. Isso é motivo de festa para os católicos, que saem pelas ruas em procissão louvando o Cristo. A procissão faz parte de uma postura religiosa da Igreja Católica, “*um culto público e oficial (...)*”, isto é a liturgia. (MOOT APUD AUSEJO, 2007:159)

No entanto, segundo Rita Amaral (2007) a Igreja também compreende as festas como sendo instrumentos eficazes na conquista de novos seguidores. Tanto que após o Concílio de Trento, surgem algumas publicações para orientar o clero sobre organização e realizações das festas. Por outro lado a Coroa Portuguesa incentiva e marca sua presença nas festas de Portugal e das Colônias. Com isso, consegue construir relações entre os diversos grupos sociais e a própria metrópole,

¹² Eliade(2001) deixa claro que para o homem religioso o tempo sagrado é o mais importante, enquanto o tempo circular é reversível sempre através dos ritos.

¹³ Termo utilizado por JAA Torrano na sua introdução para a Teogonia de Hesíodo.

com laços íntimos e ilusórios entre Coroa e o povo. De uma maneira geral, as festas têm uma importante função social. É o momento em que a vida coletiva das pessoas sobressai ante às atitudes privadas. Partilhando sentimentos, as festas auxiliam as pessoas a suportar o trabalho, a exploração, reafirmando os laços de solidariedade marcando até mesmo as semelhanças e diferenças entre a população. (PRIORE , 2002:10)

A festa de Corpus Christi é uma das mais tradicionais da Igreja Católica. Surge em 1264, instituída pelo papa Urbano IV como um Sacramento da Eucaristia.

“(...) como celebração da vitória pelo amor a Cristo proposta pelo sínodo diocesano de Liege naquele mesmo ano de 1264 baseava-se no simbolismo de Deus Sacramentado representado, conforme a Bíblia, na Arca do Testamento, a fórmula encontrada para enredo da festa foi, desde logo, as alegres transladações da arca sagrada de Judá para Jerusalém pelos reis Davi e Salomão, tal como relatado nos textos bíblicos do Segundo Livro de Samuel e no Primeiro Livro dos Reis. Em ambas ocasiões, realmente as solenidades foram descritas como animadas caminhadas, sempre acompanhadas ao som de variados instrumentos musicais.” (TINHORÃO, 2000: 70)

Mas segundo a própria Igreja Católica há um complemento dessa versão. Essa celebração aflora do mito a respeito algumas visões da freira Juliana, na Bélgica, no início do século XIII. Essas visões são interpretadas pela Igreja como uma carência no culto ao Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo na Idade Média. A procissão de Corpus Christi é um ritual romano que limita o giro em torno do próprio templo ou nas vizinhanças próximas. (MORAES FILHO,1901: 258)

A procissão de Corpus Christi em Portugal coincide com as lutas contra Castela até o período da dinastia de Avis e a organização em confraria dos trabalhadores urbanos, no início do século XIV. Em Portugal a Festa de Corpus Christi também está relacionada com a procissão de São Jorge, o Santo Guerreiro, a partir do reinado de D. João II para celebração da Eucaristia.¹⁴ A imagem de São

¹⁴ Em nota(pg 18) Moraes Filho relata que o Rei Fernando de Portugal “(...) recebeu a veneração a São Jorge, através dos ingleses que o tinham como padroeiro.” Mas D. João I, devoto do santo, o faz Patrono Nacional. O próprio Moraes Filho descreve que a base do cortejo religioso em que aparece a figura mítica de São Jorge tem origem nas crônicas medievais sobre o santo.

Jorge surge em substituição de Sant'Iago, patrono dos castelhanos. Esses fatos conferem à procissão um ato religioso e político. (TINHORÃO, 2000: 70). Mas a procissão de Corpus Christi em Portugal tem também um caráter de dominação. Além de ser uma afirmação do poder da Igreja, essa festa é a glorificação pública dos atos do rei. No regimento dessa procissão, desde os primórdios, datado de 1517, ninguém poderia se negar a participar do evento quando convocado. As despesas com o material e figurantes, utilizados para embelezar a cidade, são pagas pelas Câmaras. Junto à procissão de São Jorge segue um cortejo com *os “três reis Magos, a Serpente, S. Sebastião, uma Donzela, o Dragão, S. Miguel, Santa Clara e mais uma infinidade de personagens do martirologio e do simbolismo cristão, que, (...) percorriam enfileirados as ruas lendárias da lusa metrópole.”* (MORAES FILHO, 1901: 18) A figura do Rei é representada em destaque pela imagem de São Jorge, que tem o significado simbólico das lutas com Castela (TINHORÃO, 2000: 70). Segundo Beatriz Catão Cruz Santos (2005) desde o período medieval há uma inter-relação entre a Igreja e o Estado, sendo que a partir desse contexto pode-se pensar em um deslocamento do poder de ambas as instituições, isto é, *“(...) a apropriação da Monarquia portuguesa da liturgia cristã, na época moderna.”* (pg 24).

Nesse sentido, a Festa de Corpus Christi começa a ter aparência teatral e de espetáculo, passando pelas principais ruas da cidade. A celebração simboliza a própria identidade de Portugal, enquanto sociedade, que realiza, naqueles momentos, uma reflexão sobre si mesma, tornando-se muito mais do que um ato religioso; um verdadeiro paradigma para outras celebrações urbanas, servindo até mesmo de modelo a ser seguido. (TINHORÃO, 2000: 72)

No Brasil a Festa de Corpus Christi começa a ser realizada na primeira metade do século XVI. Com a chegada dos portugueses, a sua cultura é imposta sob a colônia. O primeiro registro da Festa de Corpus Christi no Brasil é realizado pelo Padre Manoel da Nóbrega em 1549 (MORAES FILHO, 1901: 18). Entretanto o número reduzido de habitantes brancos inviabiliza a realização do evento como grande festa popular. (TINHORÃO 2000: 76). As Festas de Corpus Christi no Brasil colonial iniciam-se com maior intensidade no século XVIII, quando as cidades já possuem um contorno mais definido. A procissão faz o *redesenho* da cidade colonial,

tornando esses espaços da colônia e da metrópole *semelhantes* entre si, passando pelas Igrejas e as principais ruas onde existem edificações de autoridades eclesiásticas e seculares como políticos influentes ou pessoas importantes na comunidade, ou seja, os representantes do sagrado e do profano¹⁵. O trajeto não é fixo ou imutável, sendo que em alguns casos pode ser alterado, com o decorrer dos anos (SANTOS 2005: 105).

Mas é no século XIX, em especial com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil que a festa toma os moldes daquelas realizadas na Metrópole Européia. As festas religiosas, especialmente a Festa de Corpus Christi, são também uma união simbólica das colônias portuguesas com a Metrópole. Mesmo ocorrendo em espaços distintos, sejam nas cidades coloniais brasileiras, nas antigas vilas portuguesas, ou nas possessões lusitanas na África e Ásia o tempo da festa é o mesmo, isto é, o dia específico e todo o trabalho comunitário para sua realização, como, por exemplo, o embelezamento das ruas. Essas características de data e local previamente definidos é que oferece elementos importantes para seu caráter efêmero (SOUZA: 2000, 553).

“As referências ao fato de as ruas estarem emaranhadas e de a procissão incluir ‘danças e invenções à maneira de Portugal’, no entanto, revelavam que o modelo básico da alegre caminhada em louvor ao mistério da presença do Corpo de Deus entre os homens começava a ser seguido também no Brasil.” (TINHORÃO 2000: 77)

A festa de Corpus Christi no Brasil colônia tem características democráticas, pois toda a população participa das festividades. Assim como em Portugal, as Câmaras e os funcionários do governo organizam e financiam as festas, enquanto às camadas mais populares da sociedade, incluindo até mesmo os escravos negros e índios, é permitida a participação nesses eventos. Mas essa permissão é também uma forma de imposição cultural. Obviamente não podemos desprezar esse fato, pois vemos que as festas religiosas no período não são privilégio dos europeus. Mary Lucy Del Priore (2002) levanta questões sobre essas permissões nas festas. Na sociedade colonial brasileira, com um sistema econômico

¹⁵ Grifos da autora.

exploratório, baseado na mão-de-obra escrava e uma grande distância entre a Metrópole e a Coroa, as festas garantem um espetáculo simbólico com imensa importância para a Igreja e a Coroa, ao mesmo tempo em que facilita o controle da comunidade e é uma forma de extravasamento da sociedade colonial brasileira (PRIORE, 2002:31). Com isso, a Festa de Corpus Christi nas cidades coloniais é um evento Real, com diretrizes financeiras determinadas pelas Câmaras, sendo estas unidades do Reino Português. (SANTOS, 2005:105)

Moraes Filho (1901) descreve as procissões religiosas no Rio de Janeiro no fim do século XIX. Também aqui, nesse período, a procissão de São Jorge se confunde com a de Corpus Christi tendo o mesmo caráter político e religioso encontrado em Portugal. Em algumas passagens do texto verificamos que a tradição se mantém. Essa descrição é um rico documento que revela muito mais do que a continuidade da tradição, mostrando todo o ritual da festa e a sua relação com o espaço da cidade.

“Ao amanhecer a voz garrida do sino anunciava o início da festa do padroeiro do templo; como um tapete, aos seus degraus baixinhos, estendiam-se areias e flores, e os irmãos, com a opa da irmandade, começavam seu labor anual.” (pg 259)

“Os transeuntes e os espectadores curiosos tomavam as saídas, agrupavam-se no caminho (...)” (MORAES FILHO 1901: 259)

“As janelas enfeitadas instalavam-se mulheres de má vida formando uma galeria de faces afogueadas e inchadas, de semblante vulgaríssimo e às vezes macilentos, ensombrados por negras pastas de cabelos untuosos, reluzindo, ao colo nu e às orelhas daqueles bustos estúpidos, cordões de ouro e pesados brincos que tombavam-lhes no ombro.” (MORAES FILHO 1901: 259)

“(...) a procissão seguia o seu itinerário habitual, por entre o cintilar de baionetas, ao rufo de tambores, à queda de um dilúvio de flores e ao estrugir da foguetaria, a curtos intervalos.” (MORAES FILHO 1901: 261)

“Nas calçadas, por trás dos soldados em alas, a gente de todas as classes perfilava-se (...)” (MORAES FILHO 1901: 261)

“Fazendo parte do séqüito, vinte e quatro cavalos fornecidos pelas cavalaria da Quinta levavam os tesouros de S. Jorge, que consistiam em grandes charneiras de prata sobre as mantas de pano verde, quase arrastantes, agaloadas de amarelo e guarnecidas nos cantos com as armas.” (MORAES FILHO 1901: 263)

De uma maneira geral, a sociedade como um todo participava das festas católicas, em especial da Festa de Corpus Christi. As Câmaras e as Irmandades que organizam os eventos são a ligação direta com a Coroa Portuguesa e a Igreja respectivamente. Aos negros e homens livres pobres ficava a responsabilidade do embelezamento das ruas e acompanhamento das procissões. Além disso, os negros, junto com as Irmandades do Rosário, encontravam nas festas um instrumento para manifestar e evidenciar as situações de injustiças, além de poder utilizar a festa católica branca para demonstrar as tradições afro. (PRIORE, 2000:80) Até mesmo em alguns eventos religiosos as crianças participavam como símbolo da pureza e ingenuidade humana.¹⁶ Essa tradição das Festas se perpetua na maioria das cidades brasileiras e se mantém até os dias atuais.

3.3. A TRADIÇÃO RELIGIOSA DA FESTA DE CORPUS CHRISTI NO VALE DO PARAÍBA.

A religião tem um papel importante na morfologia urbana de São Luís do Paraitinga e Bananal. Assim como na maioria das cidades coloniais do Brasil, os espaços sacros organizam os espaços laicos conjuntamente. É com a demarcação desses espaços e a partir deles que o núcleo urbano se desenvolve. Os espaços sacros são locais importantes na organização do núcleo urbano.

O culto religioso inicia na cidade de São Luís do Paraitinga com os primeiros povoadores. A Cruz fincada na terra determina de maneira rudimentar o

¹⁶ Segundo Priori (2000) as crianças eram espectadoras e protagonistas das Festas. Essa é uma herança da tradição jesuíta, que vestia órfãos portugueses de anjos para atrair índios para a seara celestial. Mas é nos séculos XVII e XVIII que as crianças aparecem para a Igreja como sedimentação do casamento e família. (pg 74).

espaço sacro do pequeno povoamento.¹⁷ (TOLEDO, 1996: 08). Segundo Luís Saia (1974) a Igreja das Mercês foi a primeira capela erguida na região de São Luís do Paraitinga em devoção à Nossa Senhora das Mercês pela D. Maria Antonia dos Prazeres, mas na própria organização territorial do plano de governo de Morgado de Mateus já se reservava o espaço para Igreja Nossa Senhora dos Prazeres.

Nos seus primeiros anos de povoamento, São Luís do Paraitinga não possui pessoas especializadas que podiam realizar o culto religioso. Sendo assim, toda a “*devoção à divindade se dava no âmbito particular*”.¹⁸ (TOLEDO, 1996:09)

Posteriormente, a Igreja das Mercês transfere suas atividades à Igreja Matriz. A construção da nova igreja inicia-se no fim do século XVIII, porém a construção dessa nova Matriz foi demasiadamente demorada e contou com a colaboração de muitos moradores. Luís Saia (1974) informa que há um documento datado de 1800 escrito pelos vereadores, o qual mostra indignação com o atraso da obra. (pg 433). Em outro documento, datado de 1845, que encontramos na Assembléia Legislativa de São Paulo e assinado pelo Padre Francisco José dês Calafancio descreve:

Ilmo Digníssimos Senhores Deputados da Assembléia Provincial de São Paulo

O Padre Francisco José des Calafancio tendo sido nomeado pela Câmara Municipal, e asseitado o encargo d'Administrador da obra da Igreja Matriz da Villa de São Luis do Parahitinga, não pode ver sem mágoa a impossibilidade de dar um impulso forte a dita obra, pela falta de quantas correspondentes ao tamanho do Edifício e já preste a decorçoar, sugiro lhe a feliz lembrança de fazer subir suas supplicas as (sic.) respeitáveis presenças, e com justas esperanças espera encontrar nas (sic)salicitudes pela Religião e pelo bem dos Habitantes da Província que quantos ellegeo um (sic.) apoio a sua supplica.

A Capela Mor da Matriz se acha prompta, e feita a custa de alguns moradores deste Município, e é prezentemente onde se celebrão os actos Religiosos, e com quanto seja de um tamanho regular não pode acomodar o povo asses numerozo

¹⁷ A Cruz tem um outro caráter simbólico. Lúcio Costa, no memorial descritivo do Plano Piloto para Brasília descreve “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.”

¹⁸ Isso justifica o aparecimento do espaço do oratório na configuração das habitações da época. No livro “Morada Paulista”, Luís Saia cita que as casas bandeiristas possuem um aposento destinado à realização dos cultos religiosos.

neste município, ficando assim esposto fora do Templo a intempéries . Todavia as taipas do Corpo com um pequeno contingente de dinheiro (sic.) havia se estão socando; (sic.) terão de ficarem de huns 8 palmos de altura, se lhe faltar (sic.) necessário para a continuação. E assim o dito administrador pede um contingente de 2.000\$000 de reis para fazer (sic.) a dita obra; e espera certos nos vossos sentimentos de religião e Patriotismo, alem do serviço de Deus até começar esta graça (sic.) especial.

A população local e as Irmandades sempre auxiliam a Igreja nas suas obras materiais. Entretanto com o advento da cultura cafeeira, os Barões do Café financiam a maioria das obras e festas religiosas. A Igreja agora faz suas alianças com a elite agrária de São Luís do Paraitinga, que de certa forma não deixa de ser também o poder do Estado. Essa dependência econômica muda a estratégia de relações recíprocas, e são os ricos fazendeiros os responsáveis pela promoção financeira de eventos e festas religiosas¹⁹. Elite e Igreja criam um elo de subordinação e usam a religião como forma de domínio, enquanto recebem doações financeiras para continuar sua obra sacra. As festas religiosas sempre foram realizadas na cidade, mas a cultura cafeeira eleva-as à condição de grandes acontecimentos. (TOLEDO, 1996: 26)

No início do século XIX é fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, na qual apenas os homens participam dos cultos. Em 1870, o Barão de Paraitinga assume a administração da Irmandade. Uma das funções dessa Irmandade é exatamente a organização da festa de Corpus Christi.

Em Bananal, a primeira capela erguida data da década de 1780. Segundo Gustavo das Neves da Rocha Filho (2005) foi feita uma doação de terra por João Barbosa de Camargo e sua esposa Maria Ribeiro de Jesus e para que pudesse ser erguida a Capela do Bom Jesus do Livramento. A capela fica em acrópole, um local isolado e tendo à sua volta apenas fazendas. Atualmente apresenta-se em bom estado de conservação. A transferência da antiga capela para a atual Igreja Matriz

¹⁹ Toledo ainda informa que a Igreja Matriz foi boa parte financiada pelos Barões do Café. Eles tinham lugares privilegiados para assistirem a missa. Ocupam a parte superior próximo ao altar enquanto os mais pobres se aglomeram na parte inferior. Por sua vez os escravos possuíam sua própria Igreja, mas onde cultuavam os Santos católicos.

ocorreu em função da acessibilidade ao culto religioso, pois em épocas de chuva a estrada ficava intransitável. Contudo as obras da Igreja Matriz de Bananal foram tão lentas quanto às da Matriz de São Luís do Paraitinga. Em dois documentos também encontrados na Assembléia Legislativa de São Paulo temos um requerimento solicitando verbas para a conclusão da obra da Igreja datado de 1838:

“Tendo presente a Comissões de Fazenda e Eclesiástica as duas representações junctas a saber: uma da Irmandade do Bom Jesus do Livramento da Villa de Bananal pedindo que nos façam (sic) pelas obras da Igreja Matriz da Villa visto que uma (sic) que (sic) ainda (sic) reunida ao producto de arrematação d’umas terras do patrimônio della, não é bastante para a conclusão do edificio com aquela decência e aceio, que demanda o culto da Religião do Estado (...)

A Meza da Irmandade do (sic) Bom Jesus do Livramento nesta na Matriz da Villa de Bananal tendo se sua parte promovido sua (sic) para conclusão da dita Matriz, mesmo ajudada pelo da arrematação das terras da patrimônio da mesma Matriz que vós a Instancias da mesma Irmandade mandaste arrematar, e cujo o producto a mesma (sic) lhe será entregue porém conhecedora deste dinheiro mesmo com a subservição por ella promovida não chega ainda para a conclusão da obra, com aquella decência e decoro de que lhe esclora a nossa religião vem pedir vos que no orçamento da Lei Provincial vos dignais comtemplas a dita Igreja Matriz com alguma quotta que vos aprovares e que as circunstâncias financeiras da Província permites”

Em outro documento datado de 1846 o padre pede auxílio financeiro:

“Como Parocho actual da Freguesia de Bananal venho representarvos a necessidade de consignar lhe de alguma quantia para continuação e conclusão de várias obras indispensáveis da Igreja Matriz desta Villa, à muito estacionarias por flata de meios. Pela Resolução Provincial n° 9 de 19 de janeiro de 1836 mandou se arrematar em prassa publica as terras do Patrimônio do Bom Jesus, e applicar se o seo producto para a obra da Igreja; os 18 contos de reis que proodusirão forão dispendidos na construção do edificio que ficou coberto e acabado externamente. Outros adiantamentos tem tido o socorro das esmolos dos fieis, que me foi possível promover, e com as diminutas contribuições da Irmandade do Bom Jesus, tendo-se apenas, com (sic) contingentes, conseguindo o sobrado do corpo da Igreja e da Capela Mor, e quase concluindo o Coro. Entretanto de muito ainda carece a Igreja para chegar o estado de decência (sic) corresponder a

Magestade do Culto. Em primeiro (sic) logar, he indispensável que se trate da construcção do Altar Mor, e de todas as obras de talha e retábulo que deve ficar, pois a armação e (sic) que existe é obra muito grosseira e provisoriamente feita para a celebração dos Santos Mystérios, até que se tenha meios para a construcção da obra que deve ficar. Em segundo logar também é muito preciso o forro da Capela Mor e o corpo da Igreja, bem como os soalhos das Sacristias e Consistórios, que não podem continuar no estado em que se achão, sem deterioração dos revestimentos e mais objectos do uso da Igreja que hai se guardão.

Muitos outras obras são ainda que deixo de mencionar. Por conhecer que não será possível de huma vez conseguir meios para as acabar; e por isso limito me as enumeradas acima que por ser de absoluta necessidade não podem ser preteridas.

He escusado lembrar vos que sem o culto externo não pode haver fervor da Religião, e que para aquelle se arraigar no povo, muito contribui que o aparato e decência dos Templos corresponda a sublimidade dos Sacro Sanctos mystérios nelles celebrados: ora sendo certo que, com a exigüidade das forças dos Povos, já onerados com tantas contribuições, não he possível satisfazer se essa necessidade publica, he indispensável que o cofre Provincial faça também algum sacrificio, na certeza de que semelhantes gastos nunca são improductivos, porque tendem a dar incremento salutar a moralidade do povo, que carece de baze quando o espírito de Religião não obtem toda a protecção das Leis e cooperação do Governo.

He se de esperar que convencidos de tais verdades, prontamente haveis de consignar a quantia em que vossa illustrada prudência julgardes suficiente, ao menos para as refferidas obras indispensáveis, com o que fareis serviço inestimável aos habitantes deste Município, e a Igreja.

*Bananal 1 de janeiro de 1846
Vigário Antonio Roiz Paiva R.”*

Também no início desse mesmo século é fundada em Bananal a Irmandade do Bom Jesus do Livramento (1836). Nesse tempo, a primeira capela localizada na estrada que segue para Angra dos Reis transfere suas atividades para a atual Igreja Matriz. Os cultos que mais se destacam são as procissões e as missas de quinta-feira do Corpus Christi. Essa tradição é mantida até os dias de hoje. Assim como em São Luís do Paraitinga, o financiamento dessas festas é proveniente da elite agrária da cidade, pois encontramos nos livros das Pastorais e Irmandade do

Bom Jesus do Livramento de Bananal os nomes de pessoas e famílias com grande poder aquisitivo que compunham e contribuíam com a realização das festas. Para entrar na Irmandade há a necessidade do pagamento, que posteriormente dava direito ao número de missas pós-morte. Nesses documentos verificamos a contabilidade da Igreja com a marcação de “Receitas e Despesas”. Há toda a descrição de custos para a realização da festa, como, por exemplo, custo com música, transporte e materiais utilizados. Em outras folhas encontramos os nomes das pessoas que contribuíam. Cruzamos as informações dos livros das Pastorais e da Irmandade com a obra de Píndaro Rodrigues (1980) que descreve a origem das famílias e os casamentos ocorridos em Bananal. Essa é mais uma prova da aliança entre Igreja e Barões do Café, que, como em São Luís do Paraitinga, compõem também o poder do Estado.

Em ambas as cidades, os espaços públicos/ privados e sacros/ laicos, em tempos de festa, em especial na Festa de Corpus Christi, são demonstrações dos poderes da Igreja e do Estado. Se partirmos do princípio de que os organizadores das festas, já no Brasil Imperial, são as Irmandades, compostas pela elite agrária, que por sua vez possui poderes laicos em relação ao Estado, temos a certeza de que mesmo a transição entre período colonial e império não afeta a essência das festas. No Brasil Colônia o espaço público tem o seu uso vinculado a eventos litúrgicos, militares e civis. A força da Igreja é tamanha que as normas eclesiásticas sobrepunham às normas do Estado, nas colônias portuguesas.²⁰ Entretanto, com o Brasil tornando-se Império e com o progresso das leis que regulamentam o espaço público e privado, a cidade inicia um processo de secularização, sem afetar as tradições religiosas das Festas, isto é, não há uma secularização completa dos espaços urbanos. Nas posturas municipais de Bananal datadas de 1888 encontramos no capítulo 19 uma multa àqueles que desrespeitarem os atos religiosos.

²⁰ Murilo Marx destaca esse fato como um dos fatores determinantes para a configuração das cidades.

“DAS OFFENSAS À RELIGIÃO E À MORAL

É proibido acompanhar o Santíssimo Sacramento e procissão com o chapeo ou bonet na cabeça e proceder inconvenientemente, multa de 10/000 réis.”.

É importante destacar um aspecto da tradição religiosa que está relacionado diretamente à configuração urbana das duas cidades e às políticas de ocupação territorial. Em São Luís do Paraitinga a Capela das Mercês está inserida no núcleo histórico urbano. Já em Bananal, a Capela do Bom Jesus do Livramento está fora do núcleo histórico. Isso demonstra uma ocupação compactada e pontual em São Luis do Paraitinga como bem desejou Morgado de Mateus para demarcação territorial. É próximo às margens do Rio Paraitinga o local exato onde a vida urbana deveria acontecer. Em Bananal, a capela primitiva poderia existir em qualquer outra localidade próxima às fazendas, já que esse trecho é um local de pousos.

O processo de secularização ocorre em São Luís do Paraitinga e Bananal que de povoamento pacato passa a ter uma intensificação na vida urbana com o ciclo cafeeiro.²¹ Todavia, a Igreja segue seu calendário litúrgico normalmente e algumas festas religiosas continuam a ser organizadas²². Em São Luís do Paraitinga e Bananal, como em muitas outras cidades brasileiras, a comunidade prepara o espaço urbano onde será celebrado a Festa de Corpus Christi. O individual cede lugar para o coletivo. Ao mesmo tempo, o espaço laico da cidade é ocupado pela atividade sacra. É o momento em que as relações dos espaços sacros e profanos se invertem.

²¹ É bem verdade que essa intensificação na vida urbana tem proporções muito menores se compararmos com a de outras cidades do Vale do Paraíba. Mas não deixa de ser um fato importante para a laicização da cidade.

²² Colocamos a festa de Corpus Christi como parte desse nosso estudo. Contudo não podemos esquecer a tradição da Festa do Divino que também mobiliza a cidade.

3.4. A MONUMENTALIDADE EFÊMERA DAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA EM TEMPO DE FESTAS

Na festa de Corpus Christi, as populações de São Luís do Paraitinga e Bananal sempre são as grandes responsáveis por essa inversão dos valores simbólicos dos espaços. Diferente do século XVIII, as pessoas não são mais obrigatoriamente convocadas a participarem da festa. Mas ainda hoje a tradição de organizar e embelezar as cidades ficam sob a responsabilidade dos habitantes. Registramos esse evento e entendemos que o que permanece até hoje nas cidades coloniais estudadas é justamente a tradição religiosa. Se “*a rua tem alma*”, como sugere João do Rio (2006), ela é criada por todos os elementos que compõem a cidade, incluindo os homens e os edifícios.

“*A cidade nasce de um determinado lugar, mas é a rua que a mantém viva.*” (ROSSI APUD POÈTE, 2001:38)

Já na quarta-feira que antecede as celebrações de Corpus Christi, algumas pessoas começam a enfeitar as ruas. É um momento de preparação; o início da criação de um espaço sacro efêmero²³. Elas se organizam em pequenos grupos os quais são responsáveis pelo preparo das ruas por onde passará a procissão.

Na quinta-feira de Corpus Christi as ruas são interditadas. O meio das ruas é demarcado com desenhos geométricos e orgânicos (FIG 49 e 50). Posteriormente esses desenhos serão preenchidos com diversos materiais compondo os tapetes sacros. Esses tapetes embelezam a cidade e criam um “circuito” pelo centro histórico, por onde passará a procissão. Em São Luís do Paraitinga são usadas desde serragem de madeira a tampinhas de refrigerantes pintadas. Folhas, flores e pó de mármore também são utilizados (FIG 51). Em Bananal encontramos também sal grosso tingido e um setor onde as crianças de escolas são responsáveis pelo embelezamento (FIG 52). Nesse caso, utilizam

²³ Denominamos desta forma visto que o embelezamento tem uma única finalidade. A passagem do Cristo Vivo. Algumas pessoas podem se perguntar o por que de tantos enfeites. A Igreja católica tem o Cristo como Rei. É tradição desde os primórdios da sociedade essa veneração aos reis.



Fig 49: Rua enfeitada em São Luis do Paraitinga



Fig 50: Rua enfeitada em Bananal



Fig 51: Rua enfeitada em São Luís do Paraitinga. Materiais: tampinhas coloridas, serragem pó de mármore



Fig 52: Rua enfeitada pelas crianças em Bananal. Materiais: tecido, serragem e material escolar

tecidos, papéis e tintas escolares. O fato é que a expressão do coletivo começa a aflorar nas ruas. Todos participam, incluindo as crianças e as pessoas idosas.

Com isso a tradição está garantida para tantas outras gerações. É nesse processo de embelezamento urbano que a cidade emerge como um monumento efêmero. O efêmero tem a necessidade de permanecer transcrito como em um texto, na medida em que se relaciona com a arquitetura local aludindo às temporalidades da realeza. (SOUZA, 2000: 552). Mas o efêmero também se relaciona com a cultura material da festa em que a arquitetura dos edifícios também muda, pois os habitantes criam desenhos e ornamentos que se integram à morfologia urbana das cidades (FIG 53 e 54), utilizando diversos materiais, como serragem, flores e folhas e pó de mármore (SOUZA, 2000: 554).

À medida que se aproxima o horário da procissão, as pessoas nas casas e as que estão nos pontos comerciais estendem panos, toalhas e bandeirolas nas suas portas e janelas²⁴. Vasos de flores ajudam a decorar as janelas. Predomina a cor vermelha, mas encontramos diversos tipos de tecidos e cores.

Os casarios, a Igreja, enfim, a cidade de uma maneira geral é transformada. O resultado dessas intervenções é a mudança da linguagem na paisagem urbana do centro histórico da cidade colonial. Podemos associar o que ocorre nessas festas como o texto elaborado por J. Teixeira Coelho Netto sobre o sentido dos espaços de arquitetura.

“E uma linguagem está presente nessas obras, uma linguagem urbanística onde o fechado e o aberto se completam, e o previsível com o inesperado, o protegido e o exposto, o privado e o comum, o geométrico e o orgânico, em suma: a unidade e a variedade. Essa é uma linguagem completa, onde o indivíduo faz parte da cidade e a cidade faz parte do indivíduo” (NETTO, 2002: 09)

Nesse caso, a linguagem elaborada constitui-se em monumentalidade devido ao caráter efêmero em que o coletivo cria essa linguagem urbanística para um determinado evento, uma festa. É o momento em que o coletivo interfere diretamente nessa linguagem urbanística. A linguagem e o sacro, nesse caso, são

²⁴ Rasmussen lembra que enfeitar as fachadas com panos coloridos não é recente. No Palácio de Doges, Veneza, é comum encontrar desse artifício semelhante embelezando a fachada.



Fig 53: Rua enfeitada em São Luis do Paraitinga. Materiais: Folhas e flores.



Fig 54: Rua enfeitada em Bananal. Materiais: Sal grosso tingido, serragem

efêmeros. Os tapetes variados, as janelas enfeitadas criam a unidade material para a festa, enquanto a fé e a devoção criam a unidade imaterial (FIG 55 e 56).

Ao cair da tarde, a população se divide. Em ambas as cidades o ritual é muito semelhante. Algumas pessoas – as mais religiosas – assistem à missa na Igreja Matriz, enquanto outras começam a ocupar a praça em frente à mesma Igreja. Todas aguardam o início da procissão. Já é noite quando um dos coroinhas toca o sino anunciando a saída da procissão. Um ritual marcado: coroinhas, ministros, sacristãos e o padre saem da Igreja. A população carrega velas em luminárias. Uma tenda erguida pelos ministros acompanha os passos do padre. Em sua mão o ostensório é exibido a toda a população²⁵. Uma fanfarra coloca-se logo atrás dos sacerdotes. As pessoas que aguardam na praça, agora concentram-se na calçada lindeira da rua da Igreja. A cidade silencia em um ato de mais profunda espiritualidade. A procissão começa com uma oração do padre. Os devotos caminham – orando - ao lado do Cristo Vivo (FIG 57 e 58).

No caso de Bananal, alguns pontos pré-estabelecidos pela Igreja e comunidade são locais de pausa e oração. No trajeto da procissão três casas são escolhidas para servirem como um pequeno templo. Os moradores dessas casas preparam um altar com uma mesa, uma toalha, alguns enfeites como flores e uma imagem sacra. Nesses locais o padre pára e faz uma rápida oração (FIG 59).

Ao caminhar pelos tapetes sacros, a população reafirma sua fé e devoção. Quando uma determinada rua é totalmente percorrida é o fim daquele espaço sacro. A rua cumpre seu papel de lugar de passagem na procissão. Logo alguns homens juntam, em pequenos montes, os materiais que compõem o tapete. È assim em todas as ruas, até chegar novamente à praça da Igreja Matriz, onde é dada a benção final (FIG 60). A procissão termina e a Festa de Corpus Christi também. O sacro agora se recolhe e volta a ocupar somente os espaços religiosos da cidade: as Igrejas.

A Festa de Corpus Christi tem o poder de transformar a cidade e colocá-la sob três categorias de análise: a cidade como cenário, palco e platéia. Em primeiro

²⁵ Todos esses objetos fazem parte do misticismo da Igreja católica. A tenda aparece no Antigo Testamento como uma arca protetora. O ostensório possui uma hóstia que é o Cristo Vivo. As luzes são a representação da Luz da Vida.



Fig 55: Janelas enfeitadas nas ruas de São Luis do Paraitinga.



Fig 56: Janelas enfeitadas nas ruas de Bananal.



Fig 57: Procissão de Corpus Christi em São Luís do Paraitinga.



Fig 58: Procissão de Corpus Christi em Bananal.



Fig 59: Templo urbano. Um dos três pontos de parada para oração na via pública - Bananal



Fig 60: Retorno a Igreja Matriz - Bananal.

lugar, ao ornamentar as ruas e embelezar as fachadas com panos coloridos, os habitantes criam um cenário para o evento. Até o momento em que se inicia a procissão os espaços da cidade estão sendo apenas preparados, isto é, transformando-se em espaços sacros efêmeros. No exato instante em que a procissão sai da Igreja e toma as ruas, a cidade torna-se palco do evento, pois agora é o espaço a ser vivido. Mas é justamente essa condição de viver no espaço sacro que faz com que os habitantes, que outrora prepararam o cenário, tornem-se platéia do evento.

É importante salientar que a mudança na paisagem urbana cria nas cidades de São Luís do Paraitinga e Bananal novos significados. Em primeiro lugar cada cidade recria o Tempo de Origem, ou seja, o tempo da repetição ritual daquele evento. (ELIADE, 2001:76). Exatamente nesse Tempo de Origem há a reafirmação da arquitetura como um monumento urbano da cidade.

Segundo Choay (2000), a função essencial e antropológica do monumento é a relação do tempo vivido e a memória, isto é, o monumento é aquilo que traz algo à lembrança.

“O sentido original do termo é do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (...), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção uma memória viva. (...) A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.”(CHOAY, 2000:17)

A Festa de Corpus Christi é simultaneamente um reviver do sagrado tal como apreendido no momento em que foi trazido para o Brasil pelos jesuítas, sendo também a reafirmação da cidade colonial brasileira. Assim pode ser pensado como monumento no sentido destacado por Choay, pois traz de volta o Tempo de Origem sacro juntamente com a vivência humana ocorrida no núcleo urbano, tendo como

paisagem a arquitetura das cidades coloniais. É justamente nessa inter-relação entre Religião e Cidade que surge a tradição que formará a identidade local e, portanto, a qualidade de lugar. Em festas como a de Corpus Christi, o coletivo é parte fundamental para a continuidade da tradição. O espaço sacro é efêmero tal qual o embelezamento das ruas e das edificações da cidade. Ambos têm como finalidade conscientizar a importância na busca de um sentido sagrado para a vida profana.

A Cidade Colonial como um monumento tem o significado de permanência no contexto contemporâneo, pois sob o ponto de vista da ciência urbana, elas - as cidades coloniais – são um passado que, de alguma forma, ainda experimentamos. A arquitetura e a morfologia urbana dessas cidades mantêm suas características de outrora. Nesse sentido, *“as cidades são o texto da história”*, ao mesmo tempo em que é memória coletiva do povo que a habita²⁶.

²⁶ Vide considerações de Aldo Rossi sobre memória coletiva, cidade e história.

4. EPÍLOGO

Neste momento, acreditamos que seja extremamente precoce uma conclusão definitiva. Na realidade esse capítulo tem muito mais sentido se revisássemos todo o processo do trabalho até aqui desenvolvido e levantássemos questões que podem - e devem – ser abordadas futuramente.

Em primeiro lugar apontamos a questão da mobilidade dos colonizadores portugueses no território paulista que, para adentrar pelos sertões, apropriam-se do conhecimento indígena e da sua mão-de-obra, criando uma rede de núcleos urbanos que têm semelhanças e diferenças peculiares entre si. Nessa política de conquista e ocupação territorial, alguns aspectos devem ser ainda mais discutidos como, por exemplo, a formação de outros núcleos urbanos. Outra questão a ser mencionada refere-se à organização dos pontos de paradas, isto é, os pousos dos viajantes. Nesses espaços havia um certo comércio e muitas vezes um oratório onde se aglutinavam moradores de outras regiões, como verificamos em alguns exemplares na arquitetura paulista bandeirista. Então, seria possível que, sem a presença efetiva da Coroa Portuguesa e da Igreja, esses pousos teriam força suficiente para ser tornarem núcleos urbanos?

Outro trabalho de pesquisa pode ser feito em relação à distribuição e urbanização das sesmarias. Quando um sesmeiro tem o direito de posse e exploração daquela extensão de terra, de que forma ele – o sesmeiro- organiza o território? Quais são as diretrizes exigidas pela Coroa Portuguesa e a Igreja que devem ser seguidas pelo sesmeiro para a ocupação territorial? Essas questões vêm ao encontro da teoria de Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*, na qual o autor deixa claro que a fundação das cidades portuguesas na América é realizada sem planejamento. De fato, em nosso trabalho, concordamos que a cidade de Bananal traz essa herança portuguesa, porém não estamos totalmente convencidos de que Bananal surge do acaso, sem mesmo ter uma preocupação militar por parte da Coroa Portuguesa na proteção territorial do Caminho Novo da Piedade, via que liga o Rio de Janeiro às minas de ouro.

Acreditamos que a grande contribuição desse trabalho é a comparação entre as duas cidades. Essa metodologia também pode ser utilizada para esclarecer questões de ocupação territorial de outras cidades brasileiras e até mesmo de outras regiões do país. Certamente, os núcleos urbanos estudados têm morfologias distintas em função da forma como seus territórios foram ocupados e de fatores políticos ou econômicos que levaram a essa urbanização. Enquanto São Luís do Paraitinga é uma clara demarcação territorial e parte do plano de Morgado de Mateus para a reestruturação da Capitania de São Paulo no século XVIII, Bananal se desenvolve ao longo do Caminho Novo da Piedade. Quando o café chega nessas cidades, no século XIX, há um impacto distinto em cada uma delas. Em São Luís do Paraitinga o café é mais um produto na policultura da região. Essa cidade abastece a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro com produtos como milho, feijão, fumo e toicinho. Esses produtos agrícolas têm menor valor se comparado ao café. Já em Bananal é a monocultura cafeeira que traz riqueza à região. Uma possível hipótese abordada é que com o declínio do ciclo do ouro, os homens ricos, oriundos das regiões auríferas, migram para o Caminho Novo da Piedade, onde se tornam a elite agrária do Vale do Paraíba. É o dinheiro acumulado nas minas de ouro que financia as ações da cultura cafeeira do século XIX. Com o livro de Píndaro Rodrigues (1980) e os documentos das Pastorais de Lorena apresentados nessa dissertação, essa hipótese ganha força, visto que o autor traz o nome e a origem das primeiras famílias da região, como sendo pessoas das cidades mineiras.

Lembre-mos também da aliança entre a Coroa Portuguesa e a Igreja. Ambas as instituições têm papel importante na morfologia urbana das cidades estudadas. Em São Luís do Paraitinga, a fundação já ocorre no patamar de Vila, sendo que algumas edificações como a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho demarcam o território, discriminando os espaços sacros/ laicos e organizando toda a estrutura da cidade. Em Bananal, o núcleo urbano surge através do Patrimônio Religioso do Bom Jesus do Livramento, com a construção de uma pequena ermida e um cemitério, envolto por fazendas. Quando se transfere a atividade eclesial para um local de mais fácil acesso a vida urbana na região de

Bananal emerge com maior intensidade e a cidade se faz pela necessidade imediata e cotidiana dos seus habitantes.

Fato é que após a separação, mesmo que parcial, entre Coroa Portuguesa e Igreja, os interesses eclesiásticos no Vale do Paraíba voltam-se para a elite agrária. É exatamente essa camada social que forma as Irmandades e tem como uma das funções principais organizar eventos que perpetuem a tradição religiosa. Nesse sentido a Festa de Corpus Christi é um ótimo exemplo para analisar a questão em que há uma sobreposição de poderes laicos e sacros. Nos dias de festas a cidade se transforma alterando e alternando os valores simbólicos dos espaços.

Entretanto, o que podemos perceber é que mesmo com essa sobreposição do poder do Estado sobre a Igreja na atuação do espaço urbano, em tempos de festas, cidades como São Luís do Paraitinga e Bananal, mantêm sua tradição. De fato, quando se desloca o baricentro econômico, (que neste caso é proveniente da cultura cafeeira) para outros lugares, o que resta é a tradição que permanece na memória coletiva do povo, sendo capaz de fortalecer a identidade local. Como antigamente toda a população participa desses eventos, e esta tradição cria na cidade uma identidade, que está também vinculada ao conceito de Cidades Coloniais, além de reafirmar sua condição como monumento. A Festa de Corpus Christi também agrega tantas outras cidades, criando entre elas uma unidade.

Cidades que possuem características coloniais tendem a manter suas tradições mais significativamente do que outras. Isso significa que a economia também é um fator decisivo para alterações nas lógicas simbólicas. Em cidades onde o dinheiro circula com mais intensidade, essas tradições tendem a se perder. No máximo alguns bairros podem mantê-las. Essa possível perda da tradição também está vinculada aos significados dos espaços urbanos das grandes cidades. Muitas vezes, a rua que fazia parte do circuito da procissão, já não existe. Os pontos de organização do aspecto sacro da cidade se transformaram, ou simplesmente desaparecem devido às mudanças significativas dos espaços urbanos. Já nas cidades como São Luís do Paraitinga e Bananal, a estagnação do crescimento populacional e conseqüentemente a estagnação da morfologia urbana permitem recriar continuamente os significados sacros das cidades.

Outro aspecto diz respeito ao sentido de comunidade. Em grandes cidades, a referência sobre comunidade quase não existe ou foi alterada. Houve, com o tempo, um descolamento entre indivíduo e comunidade. Em grandes cidades, moradores do mesmo condomínio, pouco se conhecem; enquanto nas cidades com contextos coloniais preservados, e especialmente as estudadas, o contato entre as pessoas é mais próximo, mais pessoal.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Rita. Festa brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”. Disponível em publicação eletrônica na Internet, via WWW. URL: <http://www.aguaforte.com/antropologia/festabrasileira/festa.html> Capturado em 09/06/2007.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1956.

AZEVEDO, Paulo de Campos. **Paraitinga no meu tempo**. São Paulo, 1986.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo de Morgado de Matheus em São Paulo (1765-1775)**. 2º ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Textos selecionados , apresentação e tradução, Celso Casto Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano. A essência das religiões**. 1º ed. Editora Martins Fontes, 2001.

FREYRE, Gilberto *Casa Grande e Senzala*. 50º ed. São Paulo: Editora Global, 2005

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

_____ **Formação econômica no Brasil**. 34º ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GRAÇA, Plínio (organizador). **Estância turística e ecológica de Bananal: Terra dos barões do café**. São Paulo: Editora Noovha América, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ºed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006

_____ (organizador). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

- HOPPE, Frtriz. **O Brasil na política comercial do Marquês de Pombal**. Rio de Janeiro: APHA caderno nº1, 1973
- JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (organizadores) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. Volumes I e II. São Paulo. Editora Edusp
- JUNIOR PRADO, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. 2º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- LOFEGO, Silvio Luiz. **Memória de uma Metrópole: São Paulo na obra de Ernani Silva Bruno**. 1º ed. São Paulo: Editora Annablume, 2001
- MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. 1º ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1980
- _____ **Cidade no Brasil. Terra de quem?** 1º ed. São Paulo: Editora Edusp, 1991
- _____ **Nosso Chão: do sagrado ao profano**. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2003
- MONTEIRO, John M. **Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo** In *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial* 1ºed. São Paulo: Editora Paz e Terra p. 21
- MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro. Editora H. Garnier, 1901
- MOREIRA, Rafael. **A arte da ruação e a cidade luso brasileira (séc. XVI –XVIII)**. V Seminário “História da cidade e do urbanismo”. Puc Campinas, 1998
- MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820 – 1920)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- MÜLLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba**. Rio de Janeiro: IBGE Divisão Cultural, 1969.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura**. 5º ed São Paulo: Editora Perspectiva, 2002
- PAIM, Antonio (organizador). **Pombal e a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação cultural Brasil-Portugal, 1982.

PRIORE, Mary Lucy Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000

RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura vivenciada**. 2º ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10º ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

RIBEIRO, Darcy **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil** – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

RIO, João do . **A alma encantadora das ruas**. Disponível em publicação eletrônica na Internet, via WWW. URL: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf> . Capturado em

12/06/2007.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **Bananal: levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2005

_____. **São Luis do Paraitinga: levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2005

RODRIGUES, Pindaro de Carvalho. **Caminho novo: povoadores do Bananal**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1981.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2º ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

SAIA, Luis. **Evolução urbana de São Luis do Paraitinga**. Separata dos Anais do VII Simpósio nacional dos professores universitários de História. Belo Horizonte: 1973

_____. **Morada Paulista**. 3º ed. São Paulo. Editora Perspectiva, 2005

_____; TRINDADE Jaelson Britan. **São Luis do Paraitinga**, São Paulo, Publicação nº2 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado- CONDEPHAAT, Governo Do Estado de São Paulo, Secretária da Cultura Ciência e Tecnologia, 1977

SAINT-HILAIRE, Aguste de **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo(1822)**; tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo Editora Da Universidade de São Paulo, 1974.

SALA, Dalton. **Ensaio sobre Arte Colonial Luso-brasileira**. São Paulo: Editora Landy, 2001

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi na América Portuguesa – Século XVIII**. São Paulo. Editora Annablume, 2005.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Edusp: Editora Mandarin, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

_____ (org. do volume) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 10^o ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

STEIN, Stanley J. **A grandeza e a decadência do café**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

TELLES, Augusto C. da Silva. **O vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo. Editora 34, 2000

TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. **A igreja, a irmandade e a morada – o lugar da iconografia religiosa na devoção católica em São Luis do Paraitinga, SP**. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História. Taubaté, 1996.

VIANNA, Hélio. **São Paulo nos arquivos de Mateus**. São Paulo: Biblioteca Nacional.

VILLAÇA, Flavio. **Reflexões sobre o centro de São Paulo**. In *Urbanismo: Dossiê São Paulo Rio de Janeiro*. Campinas: Editora Puccamp/ Prourb, 2004.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 1º ed. São Paulo: Editora. Martins Fontes, 2005.

WERNET, Augustin **Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954)**. In *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial* 1ºed. São Paulo: Editora Paz e Terra p. 191

LEVANTAMENTO DE INVENTÁRIOS:

Os inventários estão descritos na bibliografia mas os principais são:

SAIA, Luis; TRINDADE Jaelson Britan. **São Luis do Paraitinga**, São Paulo, Publicação nº2 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado- CONDEPHAAT, Governo Do Estado de São Paulo, Secretária da Cultura Ciência e Tecnologia, 1977

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **Bananal: levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2005

_____. **São Luis do Paraitinga: levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2005

FONTES PRIMÁRIAS

Mapa da Biblioteca Nacional arquivo digital

Collectanea de Mappas da Cartographia Antiga da Capitania de São Paulo 1922

Código de Posturas de Bananal 1888 - transcrição da Câmara Municipal do Bananal

Documentos da Pastoral de Lorena

Documentos da Irmandade de Bom Jesus do Livramento e transcrição

Documentos da Assembléia Legislativa de São Paulo e transcrições

Mapas IGC